

MARIÂNGELA PECCIOLI GALLI JOANILHO

POR UMA ABORDAGEM DISCURSIVA DA METÁFORA

Dissertação apresentada ao Curso de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em lingüística.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo J. Guimarães

UNICAMP

Instituto de Estudos da Linguagem

1996

J571p

28829/BC

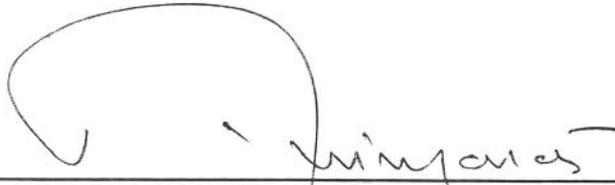
**UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL**

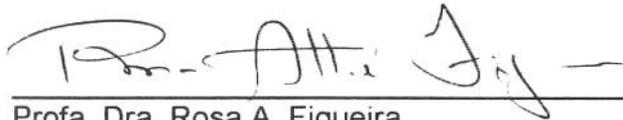
Ficha Catalográfica

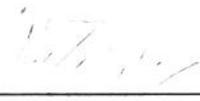
Joanilho, Mariângela Peccioli Galli
Por uma abordagem discursiva da metáfora/
Mariângela Peccioli Galli Joanilho. -- Campinas, SP:
(s.n.), 1995.

Orientador: Eduardo J. Guimarães
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Análise do discurso. 2. Semântica. 3. Metáfora. 4.
Enunciação. I. Guimarães, Eduardo J. II. Universidade
Estadual de Campinas. III. Título.


Prof. Dr. Eduardo J. Guimarães - Orientador


Profa. Dra. Rosa A. Figueira


Prof. Dra. Mónica Graciela Zoppi Fontana

Este exemplar é a redação final da
defendida por Carla Cristina
Passos e Silva
e aprovada pelo Conselho Julgador
28/06/2006
Prof. Dr. Eduardo J. Guimarães

Dedico este trabalho ao meu marido
André e ao meu filho Rafael.
Aos dois, todo amor do mundo.

Aos meus pais, Daniel e Maria
Helena, que me acompanham sempre
nos caminhos que escolho para a
vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Doutor Eduardo Guimarães, pela paciência, respeito, empenho e dedicação com que me orientou ao longo destes anos.

Às amigas Júlia e Madô, pelos bons anos do início do Mestrado.

Aos meus irmãos Malu e Nel, companheiros de sempre.

Ao Departamento de Lingüística, na figura de seus professores.

Registro também os meus agradecimentos aos Professores Doutores Eroltide Goreti Pezatti e Roberto Gomes Camacho, que me despertaram o gosto para os estudos da linguagem.

E, finalmente, ao CNPq pelo financiamento desse trabalho.

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo 1 - Em busca da origem	13
1. Aristóteles	15
2. Lausberg	19
3. Michel Le Guern	21
3.1. O sentido “literal”	23
3.2. O sentido “figurado”: a metáfora e as outras “figuras”	26
3.3. As formas da “figura”	33
4. Max Black	34
5. Lakoff e Johnson	38
Capítulo 2 - A questão da significação na linguagem	46
1. G. Frege, B. Russel e Strawson	47
Frege	47
Russel	49
Strawson	51

A linguagem e o mundo: qual a sua ligação?	52
2. Enunciação e metáfora	54
2.1. D. Maingueneau (semântica da polêmica)	58
2.2. O. Ducrot (a teoria polifônica)	59
A concepção sócio-histórica da enunciação	61
3. Discursividade e metáfora	62
Capítulo 3 - As perspectivas do jogo	66
1. As relações da metáfora	67
2. O movimento dos sentidos	69
3. A distinção das imagens	70
4. A constituição do <i>corpus</i> discursivo: três “cortes” de imagem	74
A. Primeiro corte: a imagem difusa	77
B. Segundo corte: a imagem velada	89
C. Terceiro corte: a imagem coincidente	96
Considerações finais	104
Summary	108
Bibliografia	109

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma reflexão sobre a metáfora enquanto processo de construção de sentido, deslocando a sua definição dos limites das relações que se dão no interior da frase, para compreendê-la a partir de uma problematização que tenha em conta suas relações com as questões do discurso e da enunciação.

Estaremos realizando a reflexão e a problematização do sentido metafórico em três momentos específicos: num primeiro momento, faremos uma incursão pela retórica clássica e outras teorias mais recentes, para verificar de que forma se circunscreve a definição de metáfora.

Em seguida, no capítulo II, faremos uma discussão sobre algumas relações de significação para deslocar o lugar em que se pensa a metáfora, isto é, estaremos propondo uma forma de conceber o fenômeno metafórico dentro de uma perspectiva discursiva e enunciativa.

No capítulo III estaremos finalmente esboçando um quadro de análise, no qual refletiremos sobre a condição da metáfora enquanto processo de construção de sentido.

*Mas a nós, que não somos
nem cavaleiros da fé nem
super-homens, só resta,
por assim dizer, trapacear
com a língua, trapacear a
língua.*

Roland Barthes

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Pensar em propor um trabalho que se inscreva em um campo de saber como a Semântica é encontrar diante de si várias entradas para o caminho da reflexão sobre as relações entre a linguagem e o mundo.

Gostaria de propor como uma das entradas possíveis, o questionamento sobre a natureza do funcionamento discursivo da metáfora a partir do acontecimento da enunciação, considerando, necessariamente, sua relação com o discursivo.

Quando encarada do ponto de vista da descrição retórico-literária, a metáfora é identificada como um tropo; desse modo, dentro de uma concepção clássica, estaria firmada em uma noção de transmutação do sentido literal em sentido figurado.

Nossa proposta se encaminha no sentido de deslocar o lugar de reflexão da metáfora, isto é, considerar sua condição de heterogeneidade. Fundamentalmente: o estudo da metáfora deve ser colocado dentro de uma perspectiva discursiva e, a partir daí, é preciso abordar suas questões e razões para explicar os efeitos de sentido que a constituem.

Pretendemos, inicialmente, construir um quadro de relações que evidenciam alguns dos procedimentos que são fundamentais às construções do processo de sentido metafórico. O ponto de partida seria o questionamento da discussão teórica que se vem fazendo da metáfora, para depois interpretá-la no âmbito do discurso, na tentativa de entender o seu funcionamento e verificar os possíveis efeitos de sentido a partir daí produzidos.

Na segunda parte deste trabalho, estaremos empreendendo uma reflexão sobre algumas abordagens dos termos *discurso* e *enunciação*, peças fundamentais de nossa pesquisa.

O material que servirá de base para a parte prática de nosso trabalho se compõe por cartas de leitores, que foram selecionadas na coluna diária, *Painel do leitor*, do jornal Folha de São Paulo, entre os meses de julho de 1994 a janeiro de 1995.

Desse modo, temos como objetivos fundamentais:

1. Propor uma análise da metáfora que seja suficiente para dar conta da hipótese central do trabalho, isto é, refletir sobre a condição de heterogeneidade da metáfora, considerando-a dentro do quadro do acontecimento da enunciação.

2. Pensar sobre os processos de construção do sentido, ou seja, verificar que vozes se permite o autor - no nosso caso específico; os sujeitos-autores das cartas em questão-, de forma que torna possível o jogo de representações metafóricas.

Por último, nas considerações finais, faremos um breve resumo das principais discussões empreendidas nos limites desse trabalho.

CAPÍTULO 1
EM BUSCA DA ORIGEM

Em busca da origem

Os estudos sobre a metáfora têm uma longa história. Podemos dizer que se iniciam com Aristóteles, cujas reflexões têm sido o ponto de partida para grande parte dos trabalhos posteriores.

Desse modo, o que este esforço de reflexão sobre a metáfora nos tem evidenciado é que existem, desde Aristóteles até algumas abordagens mais recentes, duas maneiras bem marcadas de pensá-la; uma que a vê como um desvio de um sentido anterior, já estabelecido ou fixado das palavras; outra que a concebe não como sentido que desvia, mas como sentido conotado, transformado.

Cada uma dessas concepções implica diferentes formas de pensar as relações de linguagem. Mas, têm em comum o modo de classificar a metáfora: ela é vista como "sentido figurado", sempre em oposição ao "sentido literal".

Estamos propondo, pois, a problematização de toda esta maneira de ver e pensar a metáfora. Nossa reflexão se encaminhará no sentido de estabelecer um outro olhar sobre a metáfora, considerando-a como um

processo enunciativo-discursivo, característico da produção de sentidos na linguagem.

Portanto, se é nosso interesse compreender a metáfora como processo de significação, faz-se preciso refazer parte de seus movimentos no tempo. Buscaremos, de modo geral, empreender uma revisão de alguns modelos teóricos que a descrevem, na medida em que tentamos produzir um deslocamento de reflexão.

1. Aristóteles

Em Aristóteles e em muitas teorias posteriores sobre a metáfora, o que se percebe é que ela é tratada como um movimento de palavra para palavra:

“A metáfora é a transposição do nome de uma coisa para outra, transposição do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou de uma espécie para outra, por via de analogia.” (*Poética*, XXI, 7, 304)

Cabe aqui registrar que Paul Ricoeur, em nota da obra *A metáfora viva* (1983:269), apresenta uma reserva quanto ao emprego da palavra *analogia* no quadro das teorias que tratam da metáfora. Isso talvez contribua para a compreensão do sentido de analogia em Aristóteles: “A

palavra analogia deve ser reservada para exprimir a analogia aristotélica ou *relação proporcional a quatro termos* (sobre a qual se edifica a metáfora por analogia que é uma transferência cruzada entre o segundo e o quarto termo da relação proporcional (...)).” (grifos nossos)

Esboça-se, a partir de Aristóteles, um dos grandes paradigmas de explicação da metáfora, compreendido pela sua descrição dentro de uma relação de substituição de sentidos, que mantêm entre si uma relação de semelhança. De modo geral, a metáfora é o resultado de uma transposição do “sentido próprio” entre duas palavras através da analogia.

Dentro do modelo aristotélico existe uma distinção entre o “sentido próprio” e o “sentido metafórico” da palavra. O primeiro estaria associado à idéia de “originário”, isto é, a “coisa” (o objeto) e seu nome se identificam de tal forma que é como se estivessem na origem um do outro. Isso nasce dentro de uma concepção de linguagem em que ela é o espelho do pensamento:

“Tudo quanto se exprime pela linguagem é do domínio do pensamento.” (Poética, XIX, 3, 301)

Desse modo, podemos verificar que, em Aristóteles, as palavras têm uma relação direta com os objetos e com o pensamento. Sua concepção de metáfora se estabelece, então, a partir de um movimento de substituição de sentido entre palavras. Essa noção de movimento, de transposição se intensifica através de um outro conceito, que se associa ao processo de construção da metáfora. A metáfora é um desvio a um uso já estabelecido das palavras:

“Desviar uma palavra de seu sentido ordinário permite dar ao estilo maior dignidade.” (*Retórica*, II, 3, 189)

Então, para Aristóteles, o sentido metafórico se constitui a partir desse movimento de desvio de um sentido próprio, ou originário das palavras, para um outro sentido, que se dá dentro do paradigma da semelhança. E, ainda, reconhece-se, que este movimento de transposição se fez apropriadamente, se se percebe a condição de “enigma” da metáfora:

“De um modo geral, de enigmas bem feitos é possível extrair metáforas apropriadas, porque as metáforas são enigmas velados e nisso se reconhece que a transposição de sentido foi bem sucedida.” (*Retórica*, II, 12, 192)

Podemos dizer que esta condição de enigma que Aristóteles propõe para a metáfora permite que se alcance uma distinção mais ampla entre a metáfora e a própria comparação aristotélicas, pois, dentro de seu quadro teórico, a fronteira entre estes dois termos é muito frágil. Segundo o autor, o que difere a metáfora da comparação é que a primeira se faz diante da ausência de um termo de comparação (“x é y”) e a segunda se faz pela presença desse (“x é como y”):

“A imagem é igualmente uma metáfora, entre uma e outra a diferença é pequena. Quando Homero diz de Aquiles “que se atirou como um leão”, é uma imagem; mas quando diz: “Este leão atirou-se”, é uma metáfora. Como o leão e o herói são ambos corajosos, por uma transposição Homero qualificou Aquiles de leão.” (*Retórica*, IV, 1, 197)

Existem, ainda, duas outras qualidades fundamentais que se verificam na metáfora aristotélica. Uma delas é a “clareza”, que atribui tanto ao estilo oratório quanto ao poético.

Conforme o autor, a metáfora contribui para dar ao pensamento clareza e, além disso, faz com que se marque o seu produtor; pois nos termos de Aristóteles, a metáfora seria o meio que mais contribui para dar ao pensamento clareza e, dessa forma, não seria possível tomá-la de outra pessoa (cf. *Retórica*, II,8, 190).

Esta seria, junto com a qualidade de “ornamento”, a marca da subjetividade na construção da metáfora do modelo aristotélico. A metáfora colocaria, então, um problema de subjetividade, isto é, existe um sujeito produtor por trás de cada enunciado metafórico. Quanto à característica de ornamento, está presente no modelo aristotélico e, em muitos outros que o seguiram, isto é, conforme Aristóteles, a metáfora funciona apenas como algo que embeleza o discurso, sem oferecer nenhuma “informação”.

Pudemos perceber que, para a teoria aristotélica, parte do que se diz sobre a condição de ornamento da metáfora pode ser considerada como verdadeira, e, a outra parte não. Assim, vemos, em um primeiro momento, a metáfora ser considerada uma figura de ornamento, mas quanto ao conteúdo cognitivo, aproveitemos o que diz o próprio Aristóteles em outro lugar :

“É naturalmente agradável a todos aprender sem dificuldade; ora, as palavras têm uma significação; por conseguinte, as mais agradáveis das palavras são as que nos trazem algum conhecimento. Mas as palavras obsoletas nos são desconhecidas; ao passo que

conhecemos os termos próprios. Êste efeito é muito particularmente produzido pela metáfora. Quando nos dizem que a velhice é como um cômlo; fornecem-nos um conhecimento e uma noção pelo gênero: velhice e cômlo, ambos perderam a flor.” (*Retórica*, X, 2, 213)

Essa asserção de Aristóteles nos faz refletir sobre toda a construção do processo metafórico. Fundamentalmente sobre o que a metáfora nos ensina a respeito da linguagem e de seu funcionamento. Aristóteles propõe uma relação muito forte entre ornamento, virtude e conhecimento; isso permite que passemos a ver a metáfora como um processo de linguagem, que coloca um problema de subjetividade.

Basicamente: qual o grande deslocamento que se produz quando se pensa a metáfora como uma relação própria de produção de sentidos da linguagem? Esta será uma dentre tantas outras perguntas, que tentaremos responder, percorrendo os caminhos da metáfora.

2. Lausberg

H. Lausberg, em seu *Manual de retórica literaria*, trata do conceito de metáfora, situando-o no contexto de sua origem e de seu primeiro

desenvolvimento: Grécia e Roma. Partindo das definições de representantes do começo do pensamento estético, como Cícero e Quintiliano, propõe uma descrição da metáfora de acordo com sua **forma e função**. Desse modo, com base na idéia de *analogia* ou *semelhança* define a metáfora como **“a forma breve da comparação”** (*similitudo*) que, encarada dentro de uma perspectiva retórico-literária, é classificada como um tropo. (Discutiremos mais adiante este tipo de classificação da metáfora).

A partir daí, o autor enumera uma série de características desse termo, como, por exemplo, ser dividida por teóricos segundo “zonas de transferência” do sentido, que se definem fundamentalmente com base na relação entre as noções de “animado” e “inanimado”, de forma que a metáfora que caminha na direção de transferência de traços animados para inanimados, (por exemplo, *odor urbanitatis*), é considerada a mais importante, pois “vai contra a obscuridade genuína da metáfora”, porque, segundo Lausberg, sua representação é alcançada de forma mais imediata pelo sentido. (pp. 63 e 64)

A leitura do texto de Lausberg revela um esforço teórico de delimitação do termo metáfora que caminha no sentido de uma conceituação de natureza clássica. talvez isso dificulte uma aliança com o nosso trabalho de busca de uma interpretação discursiva da metáfora, pois não entendemos que a metáfora seja apenas uma relação de “troca” entre os sentidos das palavras; como estaremos discutindo mais amplamente na segunda parte deste trabalho.

3. Michel Le Guern

O escopo que modela as questões fundamentais da obra de Michel Le Guern (1973) pode ser especificado da seguinte forma: precisar a natureza da metáfora e da metonímia, para determinar o que as distingue de outros fatos da linguagem.

Já no primeiro capítulo, quando trata dos fenômenos (por hora, chamemos assim) da metáfora, da metonímia e da sinédoque; o autor nos coloca dois problemas. De um lado, diz que a retórica clássica, (“rhétorique traditionnelle”) classifica a metáfora como um *tropo* e, em seguida, define com base no trabalho de Du Marsais (*Traite des tropes*, 1890), a metáfora e a metonímia, como **“figuras através das quais se atribui a uma palavra uma significação que não é precisamente a significação própria da palavra.”**

(p.11 - grifos nossos)

Bem, embora se saiba, como afirmou Lausberg (1976), que a fronteira entre os tropos e as figuras é muito nebulosa (“borrosa”), e, além disso, que a maior parte dos teóricos subordinam os primeiros às segundas; acreditamos que seja problemático do ponto de vista teórico, considerar os dois termos como sinônimos. O próprio Lausberg distingue estas duas categorias; define o tropo como um verborum immutatio, ou seja, uma palavra

que se põe em lugar de outra (não necessariamente aparentada semanticamente).

Enquanto os tropos pertencem à categoria immutatio, as figuras pertencem a outras categorias modificativas - adiectio, detractio e transmutatio - e o que realmente interessa salientar é a abrangência do campo das figuras, que vão desde a gramática à retórica e, dentro desta, subdividem-se em figurae verborum ("figuras de palavras") e figurae sententiarum ("figuras de pensamento").

Não se pode negar, entretanto, que o que há de comum entre os dois termos é que cada um deles é "verbum". Mesmo assim, optaremos, no âmbito das concepções que são oferecidas pelas definições da retórica clássica, pela posição que distingue tropo de figura. É este o modo de compreensão* que tomaremos como paradigma para a descrição das concepções de metáfora subseqüentes; até alcançarmos a condição de existência da metáfora, enquanto processo enunciativo discursivo de produção de sentido na linguagem.

O outro problema que existe em Le Guern e que, de maneira geral, é característico dos autores que temos lido (o próprio Lausberg, por exemplo), é o uso de expressões, no interior das definições de metáfora, como: "significação própria" e "significado habitual" da palavra (Le Guern); "sentido natural" (Lausberg); "expressão própria"(Lausberg e Le Guern); "sentido inicial" ou "significado primitivo"(Dubois); sem que sejam

explicitamente definidas de modo que caracterizem a oposição “sentido literal / sentido metafórico”.

Pois, se existe uma preocupação em distinguir o mecanismo de construção da metáfora , da primeira para a segunda significação, respectivamente, é importante que estes dois conceitos sejam bem determinados.

3.1 O sentido “literal”

Dentre as formulações teóricas sobre a metáfora, pudemos perceber, que, desde a retórica clássica até algumas teorias mais recentes, o sentido pode ser distinguido como, *próprio* ou *literal* e *figurado*. A metáfora se constrói, então, a partir de uma transformação ou desvio do sentido literal, que é compreendido como o sentido ontológico das coisas, dos objetos, dos seres.

Assim, a metáfora tem sido compreendida como “desvio estilístico” e, como define Pires de Oliveira (1991); “neste paradigma, há duas explicações clássicas para o processo de construção da metáfora: a comparatista e a substitutiva”. A primeira entende que a metáfora é a troca de palavras cujos sentidos mantêm entre si uma relação de semelhança e, a segunda, vê na metáfora um caso de comparação abreviada. (p.11)

A base para a existência da metáfora, portanto, está na relação de semelhança entre duas palavras, daí se faz a substituição de sentido.

Estaremos colocando em xeque a existência da metáfora sob a condição de uma relação apenas entre palavras isoladas, a partir da modificação de um sentido único ou originário. Faremos isso, nos capítulos subseqüentes, via uma construção teórica e via uma análise de fatos de linguagem.

Dessa forma, se estamos compreendendo a metáfora enquanto um processo de construção de sentido, através do qual se percebe uma relação interdiscursiva¹, um movimento que vem do exterior para o interior da linguagem; como explicar neste quadro, o sentido literal? Cabe aqui colocarmos uma pergunta: Afinal, o sentido literal, enquanto o sentido fixado das palavras, existe?

Acreditamos que, ao postular a possibilidade de existência e a validade das construções metafóricas, caminhamos no sentido de realizar uma reflexão sobre as condições de existência do sentido literal, pois nos dois processos estão incluídas discussões sobre a relação entre linguagem e mundo. Pudemos perceber, neste nosso percurso de leituras sobre o sentido, que existem outras maneiras de se pensar a questão do sentido literal, que

¹ Neste trabalho estamos compreendendo que o interdiscurso "é o conjunto do dizível, histórica e lingüísticamente defenido. Pelo conceito de interdiscurso Pêcheux nos indica que sempre já há discurso, ou seja, que o enunciável, (o dizível) já está aí e é exterior ao sujeito enunciator." (IN: ORLANDI, E.P. _ AS FORMAS DO SILÊNCIO. Campinas. Editora da Unicamp. 1993. pp. 89 e 90.)

vêm ao encontro de uma concepção discursiva da significação . Estaremos, em seguida, enumerando algumas delas.

Em *As formas do silêncio*, Orlandi (1993) coloca em questão a "ilusão da unidade do sentido":

"A incompletude é uma propriedade do sujeito (e do sentido), e o desejo de completude é que permite, ao mesmo tempo, o sentimento de identidade, assim como, paralelamente, o efeito de literalidade (unidade) no domínio do sentido: o sujeito se lança no seu sentido (paradoxalmente universal), o que lhe dá o sentimento de que este sentido é uno." (p. 81)

Desse modo, se o domínio da linguagem é o da opacidade, o do equívoco e não o da transparência , o da unidade; teríamos que aceitar que o sentido literal é, como os outros sentidos, um efeito, um "sentimento de "unidade" que "permite ao sujeito identificar-se (...)". **" Assim, faz parte das condições de produção do sentido a circulação possível pelas diferentes formações discursivas." (idem)**

Pêcheux (1975:160), quando trata das relações entre sujeito e sentido, formula a seguinte proposição: **"(...) o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe "em si mesmo" (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio- histórico no qual as palavras, expressões e**

proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). (...) as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam (...)"

Possenti (1990:103), formula a seguinte questão: “ **O sentido literal existe**”, e propõe as seguintes direções de interpretação: “ **(...) o sentido literal não é o único dos sentidos existentes, de todos os veiculados pelas palavras, pelas frases, pelos textos. (...) há sentidos não literais, chamados de metafóricos, metonímicos, implícitos, indiretos, produzidos no instante mesmo da enunciação, etc. E, talvez, também o literal.**”

Basicamente, a diferença que existe entre as posições que acabamos de reescrever reside no fato de que, enquanto os dois primeiros autores formulam a condição do sentido literal como efeito de sentido, o último autor, considera a existência do sentido literal. Poderíamos dizer que, de todos modos, os três autores colocam em questão a possibilidade do sentido literal como direção única de significação.

3.2 O sentido “figurado”: a metáfora e as outras “figuras”

Depois deste breve parêntese, voltemos a tratar dos estudos de Michel Le Guern(1973). Nos capítulos subseqüentes, este autor desenvolve um trabalho interessante; trata de estabelecer os limites e as distinções entre a metáfora e as outras categorias de “figuras” com as quais, de algum modo,

segundo o autor, ela poderia ser confundida. É inflexível ao afirmar que a metonímia, por exemplo, jamais poderá se confundir com a metáfora. Por dois motivos (a primeira distinção é feita com base na posição teórica de Jakobson, a quem o autor recorrerá em vários momentos):

a) *do ponto de vista da relação que as duas “figuras” estabelecem com a linguagem:* “(...) le processus métaphorique concerne l’organisation sémique, alors que le processus modifierait que la relation référentielle” (p., 14). Como exemplo para esta afirmação, Le Guern usa o próprio nome “Jakobson”, dizendo que, se convida o leitor a reler Jakobson, a metonímia que aí surge _ o emprego do nome do autor para designar sua obra_, não modifica a organização sêmica, e sim, a *referência* é deslocada do autor para o livro;

b) *do ponto de vista da natureza semântica:* a metáfora estabelece uma relação de similaridade entre duas significações, enquanto a metonímia, uma de contigüidade.

Dentro deste conjunto de correspondências, o autor estabelece as ligações e distinções que teriam a metáfora e o símbolo. Se o símbolo é uma entidade que representa um objeto em virtude de uma correspondência analógica, poderia ser confundido com a metáfora justamente por causa da questão da similaridade (ou analogia); o que os impede de serem realidades equivalentes é a relação que mantêm com o significado ou imagem que evocam.

Segundo Le Guern, enquanto na construção simbólica a percepção da imagem é necessária à extração da informação lógica contida na mensagem - o que o autor chama de analogia lógica ou intelectualizada-; na construção metafórica, esta mediação da imagem não seria necessária. Neste caso, apenas são importantes os elementos de significação que mantêm uma relação hierárquica dentro do processo de seleção sêmica elaborado pelo mecanismo da metáfora.

Isso possibilitaria distinguir enunciados como: "A sinceridade é uma grande árvore" (Péguy apud Le Guern, 1973:39) de "Você é meu leão soberbo e generoso" (Victor Hugo apud Le Guern, 1973:40), cujas construções representam respectivamente um símbolo e uma metáfora.

Quando trata das relações entre a metáfora e a sinestesia, Le Guern afirma que a última oferece a mesma estrutura formal que a metáfora, pois é um processo no qual se instaura uma correspondência entre percepções de diferentes sentidos, o que faz com que a afinidade estrutural com a metáfora se manifeste pelo caráter de substituição que a percepção sinestésica apresenta.

Para fazer a distinção entre os dois mecanismos, o autor recorre às categorias de Jakobson: "O processo metafórico intervém sobre a função metalingüística, enquanto que é unicamente a função emotiva que põe em jogo uma sinestesia " - daí o termo "percepção sinestésica". E assim, dentro deste quadro de relações, Le Guern enumera, por último, as peculiaridades que

apresenta o par metáfora/comparação. Neste momento, deixa emergir uma crítica às classificações elaboradas pelos teóricos da retórica clássica, no que diz respeito à definição de metáfora enquanto uma "forma abreviada de comparação".

Propõe basicamente um exame desta definição, com a finalidade de verificar se ela pode ser aceita ou rechaçada. Segundo o autor, a palavra comparação remete a duas noções gramaticais bem distintas, traduzidas pelos vocábulos latinos comparatio e similitudo.

Cada uma destas noções propõe uma relação diferente com a significação; enquanto a primeira é um mecanismo segundo o qual se estabelece uma relação quantitativa entre dois ou mais elementos lingüísticos, a segunda funda uma relação qualitativa. Como exemplo, temos dois tipos de enunciados, nos quais as duas correspondências são introduzidas pela palavra como (comme), possuindo assim, a mesma estrutura formal, embora sejam diferentes do ponto de vista semântico:

a) **"Pierre é forte como seu pai"** - relação de natureza quantitativa;

b) **"Pierre é forte como um leão"**- relação de natureza qualitativa.

Com base em exemplos deste caráter, Le Guern afirma que é com a similitudo, e não com a comparatio, que a metáfora tem relação de

significação, isto é, o que a similitudo tem em comum com a metáfora é que ela **“faz intervir uma representação mental desconhecida ao objeto de informação que motiva o enunciado, ou seja, uma imagem.”** (p. 53) . É esta questão que também distingue a similitudo da comparatio, pois a comparação não motiva uma imagem, e sim, depende da isotopia do contexto, isto é, não se compara quantitativamente duas realidades que não sejam comparáveis. Ao dizer **“Pierre é forte como um leão”**, o locutor exige do outro um esforço de interpretação no qual, evoca-se, por analogia, uma imagem que relaciona "Pierre" a "leão"; isso não acontece com o par "Pierre/seu pai".

Dessa forma o autor recusa a concepção de metáfora como sinônimo de comparação (ou a definição clássica "comparação abreviada") e, além disso, institui outro nível de distinções, no qual põe em relevância certas peculiaridades que marcam a diferença entre a metáfora e a similitudo, principalmente quando esta é compreendida pelos teóricos da retórica clássica "no sentido de comparação" (p. 54):

c) A similitudo, contrariamente à metáfora, não se impõe por uma transferência de significação, isto é, **“as palavras empregadas em uma relação de similitudo não perdem nenhum dos elementos de sua significação própria.”** (p. 55)

Ou ainda:

d) " (...) a similitudo se dirige à imaginação por meio do intelecto, enquanto que a metáfora visa a sensibilidade através do intermédio da imaginação" (p.57). O símbolo aparece como intermediário entre os dois processos.

Um trabalho como este, de delimitações dos espaços teóricos ocupados pelas várias categorias - sejam tropos e/ou figuras - determinadas pela articulação entre os limites de suas semelhanças e diferenças, é muito interessante, embora seja difícil, como afirma o próprio autor, demarcar suas fronteiras.

Em "As motivações da metáfora" (capítulo sétimo de Le Guern:1973) se coloca uma reflexão sobre a natureza da metáfora e da linguagem. Em primeiro lugar, situam-se as duas em oposição à lógica: enquanto a linguagem, *que serve para transmitir informação*, é lógica, a metáfora não o é. Assim, se opõe, de uma certa forma, ao funcionamento habitual da linguagem: **"A metáfora será uma consequência da limitação dos 'meios' (moyens) da linguagem"** (p. 67); isto é, a metáfora pode desempenhar o papel de suprir uma denominação na ausência de um termo próprio.

Toda esta problemática, segundo o autor, resulta na necessidade de se repensarem as funções da linguagem propostas por Jakobson, em contraposição às propostas da retórica clássica; exige que se reveja o papel

que a metáfora cumpre dentre elas para, finalmente, dar conta do problema de suas motivações.

No que diz respeito à retórica clássica, as funções seriam: docere, placere, movere. Na primeira, cujo papel é transmitir uma informação, a metáfora se ocuparia do que propõe Le Guern, que ela faça: dar nome às realidades que não têm um termo próprio para designá-las. Placere é a função estética da linguagem, nela as metáforas são “ornamento do estilo” (como tivemos oportunidade de ver em Aristóteles) e, por último, movere, que é a função da persuasão: existem aqui as metáforas próprias para persuadir, são as “metáforas dinâmicas”, que basicamente determinam um movimento pelo qual as imagens se encadeiam para construir um sentido.

Dentro das seis funções da linguagem postuladas por Jakobson (emotiva, conativa, referencial, fática, poética e metalingüística), o autor seleciona as funções emotiva e conativa, que, segundo ele, são as que determinam as motivações essenciais da metáfora. Uma, porque é centrada no destinador (emotiva) e a outra, porque é centrada no destinatário (conativa) e, neste sentido, motivam o mecanismo da metáfora, porque se dedicam a expressar uma emoção ou um sentimento, isto é, por se firmar em uma base puramente subjetiva. O que é interessante apontar é que existe, nesta questão, uma preocupação com o uso efetivo da metáfora, na medida em que se coloca em relevância a relação metáfora/sujeito enunciador.

Neste nosso trabalho tem sido uma preocupação constante resgatar esta relação que, do nosso ponto de vista, configura os “bastidores da metáfora”. Dessa forma, o que no princípio era apenas suspeita, está se fortalecendo, à medida em que avançamos o percurso de reconstrução das teorias que tratam da metáfora.

O que temos percebido, nesses “bastidores” é que em todos esses “tempos”² da metáfora ,que estão sendo tratados, existe uma subjetividade subjacente à sua criação/produção.

A compreensão deste ponto nos permite dizer que todo efeito metafórico se apóia em uma subjetividade constitutiva:

“Discursivamente, não há nem um sujeito-absoluto, auto-suficiente, nem um sujeito complemento, inteiramente determinado pelo fora. Esse espaço da subjetividade na linguagem é um lugar tenso onde jogam os mecanismos discursivos da relação com a alteridade.” (Orlandi, 1993:80)

3.3 As formas da “figura”

² As palavras “bastidores” e “tempos” aparecem aspeadas, porque tratam de descrever instâncias de reflexão que estão sendo construídas no interior desse trabalho.

Nos parágrafos anteriores, apontamos, através da descrição de posições como a de Michel Le Guern, que tipo de oposição semântica a metáfora pode estabelecer com outras categorias de tropos.

Até então, todas as discussões que enumeramos, tratavam de classificar a metáfora como uma relação entre palavras.

A partir de agora, veremos que as coisas mudam um pouco de direção. Assim, a discussão de Max Black (1966), que introduziremos a seguir, põe em questão outras formas que a metáfora assume, em uma maneira de a compreender, que leva em conta o sujeito, mas o sujeito intencional.

4. Max Black

Em sua obra Modelos y Metáforas (1966), Max Black coloca, de início, uma série de perguntas em torno da metáfora, que gostaria de responder. A pergunta mais geral, que poderia englobar a significação de todas as outras, seria: **“O que queremos dizer com “metáfora”?”** (**“Em que sentido - se é que possa ser em algum - é criadora a metáfora?”**). Desse modo, procura responder esta questão a partir de alguns pontos principais, que enumeraremos em seguida:

1º ponto: **“Em geral quando falamos de uma metáfora relativamente simples, nos referimos a uma oração - ou a outra expressão**

- em que se use metaforicamente algumas palavras, enquanto que as demais se empregam de forma não metafórica(...). Chama de “foco” a palavra que é empregada metaforicamente na oração e de “marco” ao resto dela.

2° ponto: É necessário saber *quem* usa a expressão metafórica, em que ocasiões, com que intenção: “(...) **pode ser preciso prestar atenção nas circunstâncias concretas em que se emite uma metáfora para reconhecê-la e interpretá-la.**”

Chama de “enfoque substitutivo da metáfora” a qualquer tese que defenda que as expressões metafóricas são utilizadas no lugar de outras expressões literais equivalentes a elas”. O autor segue dizendo que gostaria que esta expressão também se aplicasse para o caso da oração inteira que “constitua o lugar da metáfora como algo que substitui um certo conjunto de orações literais”.

3° ponto: Black considera que uma das explicações mais clássicas da metáfora é aquela que a classifica como um ornamento, cuja finalidade seria distrair e divertir; e segundo este enfoque seu uso constitui um desvio do “estilo plano e estritamente apropriado” (Whately, 1846 *apud* Black 1966).

Chama de “enfoque comparativo da metáfora” àquele que admite que a função transformadora característica da metáfora é a analogia ou a semelhança (a presença do “como” é subjacente). Acrescenta que o “enfoque

comparativo” é um caso particular do “enfoque substitutivo”, já que sustenta que o enunciado metafórico poderia ser substituído por uma comparação literal equivalente.

Mas o autor acrescenta que a tese comparativa caminha para uma certa vaguidão, já que na base de sua explicação uma determinada expressão metafórica (M) é colocada como um sinônimo aproximado de uma expressão literal (L), uma vez que pode substituí-la a partir de uma relação de semelhança.

Daí a afirmação **“(...) necessitamos metáforas justamente nos casos em que naquele momento esteja descartada a precisão dos enunciados científicos. A afirmação metafórica não é nenhum substituto de uma comparação “estrita” nem de nenhum outro enunciado literal, e sim possui uma capacidade e um rendimento próprios e peculiares”³.**

4º ponto: De início Black coloca a questão: Em que sentido - se é que se possa ser em algum - é criadora a metáfora?

“(...) Dizer que a metáfora cria a semelhança seria muito mais esclarecedor que dizer que formula uma semelhança que já existia anteriormente”. Em Ricoeur (1983:353): “se, entretanto, quisermos ainda falar

³ Optamos por traduzir esta e outras citações posteriores do original do espanhol. Gostaríamos de assinalar que a circularidade deste trecho, marcada pela repetição dos termos “metáfora” e metaforicamente” aparece no texto de origem, como se pode ver: “*En general, cuando hablamos de una metáfora relativamente sencilla nos referimos a una oración - o a otra expresión - en que se usen metafóricamente algunas palabras, en tanto que las demás se empleen en forma no metafórica: cuando se pretende construir la oración entera con palabras usadas metafóricamente el resultado es un proverbio, una alegoría o un acertijo, y no hay análisis preliminar de metáfora que pueda abarcar satisfactoriamente ni siquiera ejemplos tan manidos como ‘De noche todos los gatos son pardos’.* (BLACK, 1966).

da semelhança, é necessário dizer, como Max Black, que a metáfora cria a semelhança, mais do que a encontra ou a exprime”.

5º ponto: (Aqui está a metafísica de Black) o “enfoque interativo ou interacionista da metáfora: **“(...) quando utilizamos uma metáfora, temos dois pensamentos de coisas distintas em atividade simultânea e apoiados por uma só palavra ou frase, cujo significado é uma resultante de sua interação”**”.

Chama de “sistema de tópicos que acompanham uma palavra “a todas as informações que se possa dar a respeito de um vocábulo de determinado idioma. Por exemplo: se se pedisse a uma pessoa qualquer que dissesse “(...) sem refletir especialmente sobre isso, que coisas considera verdadeiras acerca dos lobos: (a frase que serve de exemplo é “O homem é um lobo” - parênteses meu) o conjunto de afirmações resultantes se aproximaria do que aqui chamarei de sistemas de tópicos que acompanham a palavra “lobo” (...).”.

“As metáforas podem apoiar-se em um sistema de implicações construído especialmente nos tópicos aceitos: podem ser feitas sob medida, não necessitamos buscá-las na loja. Pois as metáforas de substituição e de comparação podem ser trocadas por traduções literais (com a possível exceção da catacrese) (...) as de interação não se deve prescindir: seu modo de funcionar exige que o leitor utilize um sistema de implicações (...) como meio de selecionar, acentuar e organizar as relações em um campo distinto (...).”.

5. Lakoff e Johnson

George Lakoff e Mark Johnson discutem em seu trabalho Metaphors we live by (1980) a importância da metáfora na experiência cotidiana do uso da língua⁴. A metáfora ou “conceito metafórico”, segundo os autores, estrutura o pensamento e ação humana:

“...most people think they can get along perfectly well without metaphor. We have found, on the contrary, that metaphor is pervasive in everyday life, not just in language but in thought and action. Our ordinary conceptual system, in terms of which we both think and act, is fundamentally metaphorical in nature” (pág. 3).

A compreensão de nossa experiência, isto é, de toda atividade humana de fala, pensamento e ação, estaria segundo os autores, estruturada em termos metafóricos:

“The concept is metaphorically structured, the activity is metaphorically structured, and, consequently, the language is metaphorically structured” (p. 5).

⁴ Sabemos que o vocábulo inglês *language* pode significar em português *língua* ou *linguagem*, (cf. HORNBY, A. S. - Oxford Student's Dictionary of Current English. Oxford. Oxford University Press. 1978, pág. 353), o que nos coloca um sério problema de terminologia. Como desconhecemos qualquer tradução da obra de Lakoff e Johnson para outra língua neolatina, optamos por traduzir por *língua*, motivados pela própria definição dos autores, que afirmam no decorrer do trabalho, que a metáfora estrutura o sistema conceitual de que nos servimos para nos comunicar. Esta noção de sistema remete à definição saussureana de língua como sistema de signos.

O papel basilar da linguagem seria, então, a estruturação do pensamento sobre o que se estrutura a comunicação, isto é, o que é colocado como básico é o aspecto da comunicação ou da cognição; sendo que a comunicação teria por base um sistema conceitual metafórico por natureza:

“Since communication is based on the same conceptual system that we use in thinking and acting, language is an important source of evidence for what that system is like” (p. 3).

Diante do que vimos até agora, podemos dizer que a abrangência ou o grande valor do trabalho destes dois autores está no fato de que pensam a metáfora não como um fenômeno específico de retórica ou de poética, mas como um fato muito mais amplo, isto é, como um problema da experiência humana. A metáfora é vista como parte da experiência cotidiana do uso da língua, que estrutura o pensamento e a ação humana.

A partir daí, os autores enumeram algumas categorias de conceitos metafóricos ou, como também classificam uma série de “metáforas básicas” (p. 45), das quais decorrem outras “expressões metafóricas” (p. 7). Um exemplo disso é, como mostram os autores, a metáfora *Tempo é dinheiro* (“*Time is money*” p. 7), que inclui expressões metafóricas como: “Você está *gastando* meu tempo” (“*You are wasting my time*”, p. 7); “O seu tempo está se *esgotando*” (“*You are running out of time*”, p. 8); “Eu não tenho tempo a *perder*” (“*I dont have the time to give you*”, p. 8), entre outras.

Podemos perceber, portanto, que os dois autores instituem uma classificação dos conceitos metafóricos dividindo-os em três grandes categorias, que, a seguir, verificaremos:

1. **Metáforas estruturais:** são as metáforas que estruturam um conceito em termos de outro. É o caso de metáforas como a que acabamos de citar - “Tempo é dinheiro”; o conceito “tempo” é organizado em termos do conceito “dinheiro”.

2. **Metáforas orientacionais (“orientational”) ou espaciais:** são as metáforas que, ao contrário das primeiras, organizam um conceito por outro, esta categoria de metáforas, conforme os autores, organiza todo um sistema de conceitos com relação a outro. E, ainda, têm este nome, porque estão ligadas à orientação espacial. Por exemplo: “A alegria está em alta” (“Happy is up”, p. 14) tem em torno de si outras metáforas, como: “Estou por cima” (“I’m feeling up”, p. 15) ou “Você está nos céus” (“You’re in high spirits, p. 15), entre outras. O que é importante manter deste tipo de metáforas é a relação espacial: para cima - para baixo; para dentro - para fora; em frente - atrás, são indicadores desta relação.

3. **Metáforas ontológicas:** esta terceira categoria de metáforas surge, segundo os autores, como as duas outras anteriores; de nossa própria experiência enquanto e com objetos físicos:

“Understanding our experiences in terms of objects and substances allows us to pick out parts of our experience and treat them as discrete entities or substances of a uniform kind” (p. 25).

As metáforas ontológicas são, portanto, uma forma de se lidar com conceitos abstratos, como, por exemplo, o tempo, transformando-os pela experiência, em entidades - coisas ou seres. Assim, uma espécie de metáfora ontológica seria a personificação. No capítulo que dedicam à personificação, os autores a definem como “uma categoria geral que cobre grande número de metáforas” e, mais adiante, afirmam que o que a personificação tem em comum com as metáforas ontológicas é o fato de que:

“...they are extensions of ontological metaphors and that they allow us make sense of phenomena in the world in human terms - terms that we can understand on the basis of our own motivations, goals, actions and characteristics” (p. 34).

Desse modo, tem-se como exemplo de metáfora ontológica: “The mind is a machine” (p. 27) e, como exemplo de personificação; “Inflation is an adversary” (p. 34). Pode-se verificar que, no caso da personificação, a entidade é especificada como sendo uma “pessoa”.

Esta classificação que acabamos de descrever constitui a base do modelo de Lakoff e Johnson. Fundamentalmente, o que eles propõem é que os conceitos metafóricos correspondem à maneira como se compreende a própria experiência humana. Para eles, a linguagem funciona, então, como um sistema de conceitos que estrutura a experiência humana:

“... metaphors structure not just our language but our thoughts, attitudes and actions” (p. 39).

As categorias de conceitos metafóricos têm em comum, além de sua relação com a experiência, algumas propriedades: **sistematicidade, construção ou embasamento (“grounding”) e coerência**. A primeira propriedade assegura a compreensão de um conceito em termos de outro, como, ainda mais uma vez, é o caso da metáfora “Tempo é dinheiro”, pois pode-se compreender um aspecto de “tempo” a partir do conceito de “dinheiro”. Existe, portanto, uma *seleção* dos aspectos de determinado conceito que são consistentes para determinada metáfora.

A segunda propriedade, que estamos chamando provisoriamente de **construção ou embasamento**, diz respeito à distinção que os autores propõem entre a experiência e a maneira como é conceituada. Nos capítulos 12 (“How Is Our Conceptual System Grounded?”) e 13 (“The Grounding Of Structural Metaphors”), Lakoff e Johnson sustentam que toda a construção da experiência humana, que, para eles, é metafórica por excelência, passa por valores culturais;

“...the metaphor is built into the conceptual system of the cultura in which you live” (p. 64).

E, mais adiante, afirmam:

“The three structural metaphors we have considered in this section - RATIONAL ARGUMENT IS WAR, LABOR IS A RESOURCE, and TIME IS A RESOURCE - all have a strong cultural basis. They emerged naturally in a culture like ours because what they highlight corresponds so closely to what we experience collectively and what they hide corresponds to so little. But not only are they grounded in our physical

and cultural experience; they also influence our experience and our actions” (pp. 67 e 68).

Esta propriedade que os dois autores atribuem às metáforas resume, de maneira satisfatória, o que há de mais central em seu estudo; isto é, o argumento de que a metáfora constitui a peça fundamental na compreensão do pensamento e da ação humana.

Quanto à terceira e última propriedade - a coerência - os autores primeiro a resgatam na própria experiência lingüística humana, para depois resgatarem-na dentro do processo metafórico; como acontece com a propriedade que acabamos de ver. Assim, uma conversa informal entre dois interlocutores, teria a seguinte dimensão:

1. interlocutores (“participants”);
-
2. parte (“parts”);
3. fase ou estágio (“stages”);
4. seqüência linear (“linear sequence”);
5. causa (“cause”);
6. propósito (“purpose”) - p. 78.

Estas seis dimensões estruturariam, então, o conceito de diálogo ou conversação (“conversation”) para os autores e isso seria a chave para se entender a coerência na nossa experiência, pois, ainda segundo os autores, estas categorias

“...are categories that emerge naturally from our experience... CAUSATION is a directly emergent concept, and the other dimensions in terms of which we categorize our experience have a fairly obvious experiential basis” (pp. 81 e 82).

Dessa forma, a relação que esta estrutura coerente, que os autores propõem para a experiência, tem com a metáfora, é explicada da seguinte maneira: para os autores, quando um conceito é estruturado por mais de uma metáfora, “... the different metaphorical structurings usually fit together in a coherent fashion” (pág. 86).

Apresentam-se duas metáforas como exemplo: “An argument is a journey” (pág. 90); “An argument is a container” (pág. 92). O que faz com que tenham estruturas coerentes é a relação que se estabelece entre os dois últimos termos das metáforas (“journey” e “container”), que ampliam a caracterização do primeiro termo (“argument”):

“As the argument covers more ground (via the JOURNEY surface), it gets more content (via the CONTAINER surface)” (p. 93).

Embora, eles tenham dado esta contribuição para o estudo da metáfora, ampliando o seu conceito, sua definição, ainda se compara com a

dos autores que a pensaram mais estritamente, pois, em termos gerais, persiste a visão de troca: **“The essence of metaphor is understanding and experience one kind of thing in terms of another” (p. 5)**. Além disso, esta relação pertence ao paradigma da seleção, como foi dito anteriormente a respeito da propriedade de sistematicidade.

De todas as leituras empreendidas sobre a metáfora, podemos dizer que a metáfora é uma tentativa de explicar alguma coisa através de outra. Para nós, enquanto hipótese de trabalho, a metáfora é um fenômeno essencialmente discursivo, a partir do qual se instaura uma subjetividade enunciativa.

Desse modo, como pudemos ter oportunidade de verificar, as teorias que acabamos de enunciar e discutir, negligenciaram o aspecto da relação com o discursivo, com a história. Esta lacuna é o que o nosso olhar teórico tentará favorecer.

CAPÍTULO 2
A QUESTÃO DA SIGNIFICAÇÃO NA LINGUAGEM

A questão da significação na linguagem

Se estamos propondo uma reflexão sobre o sentido em sua relação com outras significações e com a exterioridade, não podemos deixar de pensar, mesmo que brevemente, sobre algumas posturas teóricas que tratam da relação ternária entre a linguagem, o pensamento e o mundo. Temos, pelo menos, dois motivos para isso: delinear uma concepção de linguagem que se adeque ao tratamento de nosso objeto de trabalho, bem como pensar a relação do discurso com seu exterior constitutivo.

1. Frege, B. Russell e Strawson

Frege

Em termos gerais, dentro da visão metafísica de Frege (1973), a linguagem é um objeto que estabelece o mundo real, isto é, o que interessa para ele é o sentido (acontece no interior da linguagem) com sua referência (algo que pertence ao mundo) garantida. Assim, em se tratando de uma sentença, a predicação é feita em cima da referência e não do sentido:

“Un nombre propio (una palabra, un signo, una combinación de signos, una expresión) expresa su sentido y denota o designa su denotación. Por medio de un signo expresamos su sentido y designamos su denotación.” (G. Frege, 1973:9).

Então, no termos de Frege, cada projeção de sentido têm uma referência potencial e, para isso, é necessária a existência de “algo” (um ente) no mundo que a minha linguagem me permite ver. Para ele, a existência do objeto é ponto pacífico, e pressuposto, que é o que garante que a sentença tenha valor veritativo.

A concepção fregeana da semântica é composicional (mais tarde a Lógica adota o termo atomismo), isto é, o significado de uma sentença (proposição) é o resultado dos significados de suas partes.

- Desse modo, o valor veritativo da sentença vai depender da referencialidade do argumento. (Sabemos que uma proposição em sentido lógico é formada por argumento + predicado).

Podemos, então, perceber através desta breve exposição que existe em termos fregeanos uma relação determinística entre o sentido e a referência (o valor veritativo).

Russell

A tese que B. Russell (1973) estabelece em confronto direto com Frege se caracteriza pelo questionamento da existência do ente que, por sua vez, passa a ter sentido e referência.

Russell afirma que não existe nenhum “algo” que tenha sentido e/ou referência e, portanto, coloca em dúvida as concepções fregeanas de “pressuposto” e “mundo”, que basicamente tratam do ente cuja ontologia é estabelecida “a priori”.

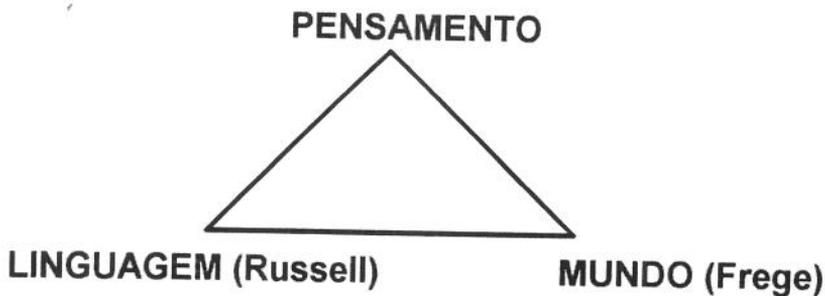
Na ontologia de Russell, o universo contém apenas variáveis. A única certeza que existe é a possibilidade de se chegar a tudo através de operações estritamente lógicas:

“Mi teoría expuesta con brevedad, es la siguiente. Tomo como noción fundamental la de *variable* y uso $C(x)$ para significar una proposición de la cual forma parte x , donde x , la variable, es total y esencialmente indeterminada. Luego podemos considerar las nociones siguientes: $C(x)$ es siempre verdadera y $C(x)$ es a veces verdadera” (Russell, , pp. 30/31).

Portanto o ponto da discórdia entre Russell e Frege se localiza na parte da proposição em que figura o argumento. Enquanto para o último o argumento corresponde a um “nome próprio, cuja referência está garantida pela existência de um ente no mundo”, para o primeiro, ele é um “símbolo

incompleto”, isto é, uma “expressão denotativa”, que não tem sentido ilhadamente e sim, somente na proposição em que figura e, além disso, nem sempre tem referência.

Dessa maneira, se tentarmos estabelecer uma relação entre as visões de Frege e Russell com o triângulo da filosofia, em que se propõe a relação entre o pensamento, a linguagem e o mundo, teríamos o seguinte esquema:



Isso quer dizer que a partir de Russell, todo o conhecimento se dá via linguagem - é o que ele chama de “conhecimento acerca de”, ou seja, a certeza do valor veritativo de uma sentença é questão de uma linguagem formal e não do mundo. Enquanto que, para Frege, o valor veritativo de uma sentença estaria garantido pela existência de um objeto no mundo.

Strawson

Strawson (1973) aborda esta questão da perspectiva da pragmática. Sua tese depende fundamentalmente da distinção que faz entre a sentença, a enunciação da sentença e o uso da sentença.

Segundo o autor, o valor veritativo nunca pode ser calculado apenas pela sentença (como fez Frege) e sim, sobre o uso da sentença.

""Mencionar' y 'hacer referencia' no son cosas que hace una expresión: es algo que alguien puede hacer usando una expresión. Mencionar o hacer refencia a algo es una característica de un uso de una expresión, así como 'ser acerca de' algo y verdad-o-falsedad son características de un uso de una oración." (P. Strawson: 1973,64 e 65 - grifos nossos)

O uso da sentença pode ser localizado com coordenadas espaço-temporais (quem disse, onde disse, em que momento disse). Com relação à enunciação, o que se diz é que os dois usos diferentes (em tempos diferentes) têm valores veritativos diferentes. Entretanto, se duas pessoas enunciam a mesma sentença simultaneamente, o que elas estabelecem são duas enunciações distintas tratando do mesmo uso da sentença. Em qualquer caso, o valor veritativo se aplica sobre o uso da sentença.

Considerando a sentença "O rei da França é sábio", o autor diz:

"Las dos personas que emitieron la oración, una durante el reinado de Luis XV y otra durante el reinado de Luis XIV, hicieron cada una de ellas un uso diferente de la misma oración; mientras que las dos personas que emitieron la oración simultáneamente durante el reinado de Luis XIV, hicieron el mismo uso de la misma oración." (idem: 63 e 64)

Em suma, o sentido strawsoniano é atributo da sentença, enquanto que a referência é atributo de seu uso.

A linguagem e o mundo: qual a sua ligação?

Após esta breve exposição das visões metafísica e empírica desses três filósofos sobre o lugar da significação, cabe agora colocar a seguinte questão: qual é a concepção de linguagem que atravessa estas posições teóricas?

Na teoria fregeana, encontra-se uma concepção de linguagem ideal. Ou seja: dentro desta visão o que interessa é o sentido com sua referência garantida. No entanto, a pré-condição para a existência da referência é o pressuposto, termo que garante que a sentença tenha valor veritativo. Se o pressuposto for falso, a sentença fica destituída de referência.

Então, pode-se dizer que para Frege a existência de um objeto em um mundo fatural não entra em questão, porque isso já é pressuposto.

B. Russell, quando postula as duas formas do conhecimento, o "conhecimento direto" e o "conhecimento acerca de", considera tacitamente que o conhecimento direto é aquele que não é intermediado pela linguagem, neste sentido, tem em conta que não precisa haver nenhuma descrição para se conhecer o mundo. No segundo caso, o conhecimento acerca de, a linguagem funciona como um elo da relação entre a descrição e o mundo.

Até agora, com base nas teses dos dois autores, pode-se observar que, embora exista uma distinção entre estas duas teorias da significação, há uma certa unanimidade com relação à maneira de se pensar o papel da linguagem: ela serve para representar o mundo dos objetos lingüísticos.

Para nós a vantagem da posição de Strawson foi estabelecer que o valor veritativo de uma sentença tem que ser calculado sobre seu uso, aproximando, assim, esta questão de uma perspectiva pragmática.

Nesse sentido, podemos dizer que, se Strawson parte de postulados diferentes com relação ao par sentido/referência, sua teoria da significação apresenta conclusões diferentes com relação à ligação entre linguagem e mundo. Então, dizer que sua postura se aproxima de uma perspectiva pragmática, isto é, **"aquela que estuda a relação dos usuários da linguagem com a linguagem"** (Guimarães:1983, 15); significa dizer que sua postura se aproxima de uma visão da linguagem como modo de ação.

Logo, uma outra questão importante precisa ser apontada; como consequência da afirmação de que o valor veritativo é atributo do uso de uma

sentença, Strawson pressupõe a existência de um componente egocêntrico, ou seja, a existência de 'alguém' que enuncie a sentença.

Ora isso coloca questões importantes para um estudo enunciativo-discursivo da significação, no sentido de que a concepção de linguagem que atravessa todos os discursos possíveis e passíveis de análise é a que revela um modo de instauração da subjetividade.

Portanto, parece pertinente afirmar que tanto a concepção de linguagem, quanto a de um componente egocêntrico no uso da sentença strawsonianos, fornecem pressupostos interessantes para uma teoria da significação que, pela via da consideração do sujeito, se coloca em um campo específico de relações com uma pesquisa enunciativo-discursiva da significação.

2. Enunciação e metáfora

No conjunto de artigos, cujo título é "O homem na língua", Benveniste (1966)¹ discute a manifestação da subjetividade na linguagem. Parte do estudo de categorias como pronomes pessoais, demonstrativos, advérbios, adjetivos, verbos e performativos, para descrever a instauração

¹ - BENVENISTE, E. (1966). Problemas de linguística geral I. Campinas, Pontes, 1991.

desta “nova” propriedade da linguagem. Nesse sentido, o processo histórico de dizer, para ele, é marcado pela constituição da subjetividade, pois **“é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito”** (Idem, pág. 286).

Esta afirmação inclui a idéia de que há a necessidade de “alguém”, de um sujeito que constitua o sentido daquilo que enuncia. Desse modo, apresenta-se uma concepção de enunciação na qual o sentido emerge como o resultado de uma intervenção sobre a linguagem que leva em conta a situação discursiva. Sujeito e linguagem estabelecem, então, uma relação de imanência, isto é, o eu e tu que o eu pressupõe são constitutivos da linguagem e, desse modo, a linguagem existe por esta mesma relação.

Cada enunciação é um ato único de funcionamento da língua; esta idéia se associa ao caráter de “novo” : a cada enunciação se designa algo novo. As peças fundamentais de tal processo são um locutor e um dizer deste locutor.

No caminho aberto por esta proposição, pretendo formular a seguinte alternativa de interpretação: a metáfora pode ser pensada como um processo de construção do sentido, que produz efeitos; localizado no interior de uma formação discursiva. Dentro desta perspectiva, a metáfora se constitui, em um determinado quadro enunciativo-discursivo, como um sentido que se dá na interação dos elementos constitutivos do enunciado. Diria que esta será nossa pedra fundamental, isto é, gostaria de pensar o funcionamento discursivo da metáfora, a partir de uma reflexão que considere seu contexto de atualização - o acontecimento, o momento, o lugar da enunciação.

Assim, trataremos a enunciação como “o acontecimento sócio-histórico da produção do enunciado” (Guimarães, 1989). A noção de “acontecimento” encontra-se enunciada em Pêcheux (1990: 19), que considera a materialidade lingüística de um enunciado, a partir do espaço do “contexto de atualidade” e de “memória” que convoca e reorganiza na instância de sua produção, inscrevendo-o, portanto, em uma concepção que tem em conta, de uma certa forma, o momento da enunciação. Neste sentido, o processo histórico de dizer, de colocar a linguagem em funcionamento, pode ser definido como um acontecimento historicamente determinado. Estaremos tratando deste assunto com mais especificidade em seguida, quando redescrevermos os estudos de Eduardo Guimarães.

Benveniste, quando trata das relações de tempo no verbo francês, distingue dois planos de enunciação, o da história e o do discurso. Segundo “o autor, a enunciação histórica “caracteriza a narrativa dos acontecimentos passados (...) sem nenhuma intervenção do locutor na narrativa.” Antes disso, afirma que na narrativa histórica estritamente desenvolvida só se verificarão formas de “terceira pessoa”, que conforme ele é a “não-pessoa”. Ou seja, aquela que está excluída da relação semântica da enunciação. já que as faces deste processo são as “pessoas” “eu-tu”.

Portanto, para Benveniste, o sujeito-locutor constitui a fonte central da enunciação. A pergunta que se coloca é se com isso, de uma certa forma, destitui a enunciação histórica da marca da subjetividade. **“Ninguém fala aqui: os acontecimentos parecem narrar-se a si mesmos” (Benveniste, op. cit., pág. 267).**

No plano do discurso, em sentido amplo, retoma a noção de intersubjetividade, que, para ele, ocorre por um mecanismo de alternância. A enunciação deve supor um falante e um ouvinte, sendo que haja, no primeiro a intenção de influenciar o outro. Fica-se a impressão de que o plano da história se opõe ao do discurso, uma vez que o primeiro não possui as marcas da subjetividade.

Desse modo, podemos dizer que Benveniste opõe discurso à história, que, segundo o autor, não tem as marcas da subjetividade.

Estamos tratando o dizer, o colocar a linguagem em funcionamento, como um acontecimento historicamente determinado. Dentro desta perspectiva, poderíamos ampliar tal discussão e considerar a possibilidade de uma noção de interdiscursividade, que tem em conta a existência de vários sujeitos-enunciadores, produtores de uma infinidade de enunciações diferentes.

O interdiscurso é, segundo Pêcheux (1975:162), o **“(...) “todo complexo com dominante” das formações discursivas (...)”**, isto é, nos termos de Orlandi (1993:89 e 90) e Guimarães (1995:66) **“o conjunto do dizível, histórica e lingüísticamente definido.” “Pelo conceito de interdiscurso, Pêcheux nos indica que sempre já há discurso, ou seja, que o enunciável (o dizível) já está aí e é exterior ao sujeito enunciator.”** (Orlandi, idem)

As vozes-sujeitos virtuais marcariam a possibilidade de um jogo de representações, que fundamentaria a condição de heterogeneidade da

metáfora, assumida como um processo de construção do sentido no quadro do acontecimento da enunciação.

Nesse sentido, um dos caminhos possíveis para se alcançar uma problematização satisfatória da questão da heterogeneidade que marca o nosso objeto é examiná-lo do ponto de vista das propostas de J. Authier (1982 apud Maingueneau, 1989:75). Conforme o autor, Authier postula a existência de dois tipos de heterogeneidade: mostrada e constitutiva; **"a primeira incide sobre as manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação, enquanto a segunda aborda uma heterogeneidade que não é marcada em superfície, mas que a AD (análise do discurso) pode definir, formulando hipóteses, através do interdiscurso, a propósito da constituição de uma formação discursiva."**

2.1 D. Maingueneau (Semântica da polêmica)

A categoria da enunciação tem papel basilar nos trabalhos da análise do discurso de linha francesa, fundamentalmente porque possibilita **"a apreensão, no próprio interior do enunciado, da relação com sujeitos, situação, conjunturas."** (Guilhaumou J. & Maldié D., 1989:61)

Dentro desta perspectiva, vê-se que os enunciados de cada discurso têm um percurso que faz com que carreguem a memória de outros discursos.

O estudo de D. Maingueneau sobre a polêmica entre os discursos humanista devoto (fim do século XVI e início do XVII) e Jansenista (1640/1650) realiza um caminho como este, pois resgata-se no léxico dos dois discursos a memória de cada um: escolhem-se, basicamente, como alvo, lexemas que marcam uma preocupação constante nestes discursos - as concepções de Estado, da natureza, do corpo, do dinheiro, da família. O funcionamento da polêmica que se estabelece entre os discursos será considerado sua condição de possibilidade.

2.2 O. Ducrot (A teoria polifônica)

• De maneira geral, O. Ducrot em seu artigo "Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação", retomando o conceito de Bakhtin, vai mostrar como em um mesmo enunciado se pode identificar mais de uma voz. Distinguirá, então, no enunciado, as marcas de sua enunciação.

Desse modo, a enunciação, que é definida como "o acontecimento constituído pelo aparecimento do enunciado" (1987: 168), é um acontecimento que tem que ser necessariamente descrito a partir do modo de presença do sujeito em tal evento.

Distinguem-se, portanto, algumas formas de indicação do aparecimento do sujeito na enunciação: o locutor, o enunciador e o sujeito falante empírico, que se opõem da seguinte maneira:

a. locutor/sujeito falante empírico;

b. locutor/enunciador.

Com relação ao primeiro par, como o falante é uma categoria empírica e não uma categoria lingüística; o que realmente interessa para marcar o aparecimento do sujeito no acontecimento é a figura do locutor: aquele que o enunciado representa como responsável pelo dizer ou pelo acontecimento da enunciação.

A figura do enunciador apresenta, por sua vez, a perspectiva, distinguindo-se, dessa forma, tanto do locutor quanto do sujeito falante. A polifonia ocorre, portanto, nos níveis do locutor e do enunciador: **“(...) o locutor, responsável pelo enunciado, dá existência, através deste, a enunciadores de quem ele organiza os pontos de vista e as atitudes.”(Ducrot, 1987: 193)**

Estas seriam, portanto, as perspectivas do acontecimento da enunciação, isto é, as marcas que o enunciado traz em si de sua enunciação.

A redefinição deste quadro da polifonia em Ducrot tem um grande valor operacional, principalmente, para os trabalhos dos analistas do discurso, embora seja importante apontar, como descreve Guimarães (1989), que é

necessário modificar a noção de histórico que aparece em Ducrot, pois está associada à temporalidade, à sucessão temporal: "A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dado existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois" (idem, loc. cit.).

À concepção sócio-histórica da enunciação

E. Guimarães, em trabalhos recentes, tem realizado o esforço teórico de assumir um conceito sócio-histórico da enunciação. Isso quer dizer que ela vêm sendo compreendida como **“um acontecimento de linguagem, perpassado pelo *interdiscurso*, que se dá como espaço de *memória* no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo *interdiscurso*.”** (Guimarães, E. IN: Orlandi:1992)

Mais recentemente, o mesmo autor formula: **“A enunciação, então, se dá como lugar de posições de sujeito que são os liames do acontecimento com a *interdiscursividade*. Deste modo, aquilo que significa, os efeitos de sentido, são efeitos do *interdiscurso* no acontecimento.”** E, mais adiante: **“Ou seja, a enunciação em um texto se relaciona com a enunciação de outros textos efetivamente realizados,**

alterando-os, repetindo-os, omitindo-os, interpretando-os.” (Guimarães, 1995:68)

No caso específico dos enunciados que estamos tratando, veremos que a questão do interdiscurso se configura a partir do que chamaremos de *condição de concorrência de sentidos*, que o processo metafórico instaura e revela.

3. Discursividade e metáfora

A história nos permite dizer que para cada momento histórico existem formas de controle do dizer. É justamente a este controle que a metáfora vai escapar; as construções metafóricas constituem uma fresta na linguagem, pela qual a ideologia vai se marcar na língua.

O movimento de sentido é tratado pela retórica essencialmente como *desvio*, como pudemos verificar na primeira parte deste trabalho. Desse modo, a mudança de sentido é considerada como constitutiva da margem.

A constituição da Semântica, a partir do século XIX, resgata fundamentalmente o que foi tratado como 'marginal' dentro dos estudos lingüísticos. Hoje, boa parte dos estudos ainda considera a metáfora como um sentido que desvia de um outro sentido anterior. Assim, a abordagem discursiva estará fazendo, hoje, o que a Semântica fez no século XIX.

Sabemos que isto implica colocar em questão a concepção de vários fenômenos importantes. Em primeiro lugar, diríamos que a linguagem, dentro desta perspectiva, se coloca como base para o confronto, para a diferença. Possui, como a redefine Maingueneau (1989:12), uma dualidade radical, pois, **"é a um só tempo integralmente formal e integralmente atravessada pelos embates subjetivos e sociais"**; fato que se aproxima muito de um posicionamento semântico da enunciação que tenha em vista a historicidade. A formação discursiva ou o discurso, então, não pode ser considerada como exterior aos processos histórico-ideológicos que o constituem. É, como formula Maingueneau:

"Um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, condições de exercício da função enunciativa." (idem:14)

Em outras palavras, uma formação discursiva determina o que pode e deve ser dito a partir de uma posição (política e ideológica) dada em uma conjuntura dada. (cf. Pêcheux, 1975)

Neste sentido, pensando que uma conjuntura dada comporta mais que uma formação discursiva, o que configura o "universo discursivo"; podemos introduzir as noções de "campo" e "espaço discursivo" (Maingueneau, 1983: 116 e 117). O "campo discursivo" se define como um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência com outras formações; enquanto que o "espaço discursivo" é um

subconjunto do "campo", no qual pelo menos duas formações mantêm uma relação de concorrência.

Para o nosso caso particular, o "espaço discursivo" se define pelo confronto entre as formações discursivas, como teremos oportunidade de verificar na próxima parte deste nosso trabalho.

Portanto, como é nosso objetivo verificar o funcionamento enunciativo destes dois discursos por meio de seus movimentos de sentido e, destes, em conjunção com suas marcas formais; não podemos deixar de definir a relação que estabelecem o sujeito e as condições de produção.

Como sabemos, Pêcheux (1969 in Gadet & Hak, 1990:82), ao falar das condições de produção, coloca como constitutivas dessas condições as formações imaginárias. Segundo essas formações há na linguagem mecanismos que permitem projetar a situação objetiva dos componentes dessas condições em posições imaginárias no interior do discurso. Temos, então, vários jogos de imagem, segundo essas formações:

IA (A) imagem que o locutor faz de si mesmo

IA (B) imagem que o locutor faz do destinatário

IA (R) imagem que o locutor faz do referente

IB (B) imagem que o destinatário faz de si mesmo

IB (A) imagem que o destinatário faz do locutor

IB (R) imagem que o destinatário faz do referente

É preciso esclarecer que, embora estas posições se configurem aqui de uma forma dicotomizada, dentro do espaço discursivo estas vozes/sujeito estabelecem uma alternância de posições. Assim em um espaço discursivo os sujeitos não ocupam lugares fixos, como reescreve Maingueneau (1983:16) tratando do espaço discursivo polêmico; isto é, cada um dos protagonistas discursivos pode se encontrar ora na posição de "agente discursivo", ora na de "paciente". O autor ainda acrescenta que, o que a "posição" agente na realidade cita e transforma, seja anulando, seja desqualificando, não é o discurso efetivo de seu adversário (a "posição" paciente), **"mas sim, um simulacro, construído como a sua própria negativa pelo discurso agente."** (idem ibidem)

Desse modo, poderíamos dizer que no caso específico das formações discursivas que são objeto da análise que estaremos realizando a continuação, verifica-se esta alternância de posição entre os sujeitos. Tal demarcação é o que possibilita a afirmação que vimos fazendo até o momento, de que a metáfora é essencialmente um movimento de sentido constitutivo da subjetividade enunciativa. Então, vejamos na prática como as coisas se dão.

CAPÍTULO 3
AS PERSPECTIVAS DO JOGO

As perspectivas do jogo

1.As relações da metáfora

A relação com a exterioridade precisa ser pensada como constitutiva de todo discurso, pois, como já tivemos oportunidade de discutir anteriormente, o discurso é invadido pelo seu exterior.

Um dos caminhos para se pensar a relação do discurso com o exterior é através das formas de heterogeneidade mostrada, porque:

"Sempre sob as palavras, "outras palavras" são ditas: é a estrutura material da língua que permite que, na linearidade de uma cadeia, se faça escutar a polifonia não intencional de todo discurso, através da qual a análise pode tentar recuperar os indícios da "pontuação do inconsciente". (Authier, 1990:28)

Dessa forma, nosso esforço de reflexão se encaminhará, a partir de agora, no sentido de verificar em que direções se expressa a *condição de heterogeneidade da metáfora enquanto processo de construção do sentido*, isto é, a maneira pela a qual a metáfora realiza a representação no discurso do discurso do outro.

Desde o início do presente trabalho, nos orientamos no sentido de formular um conceito de metáfora que, pelo menos em um primeiro momento, a distancie das abordagens que a tratam como uma categoria de desvio.

Basicamente, dentro desta perspectiva, distinguimos três relações de configuração da metáfora, que constituem as linhas gerais que norteiam este nosso trabalho. À medida em que avançarmos em nossa análise, retomaremos estas relações que nos orientam e as trataremos com maior especificidade, delimitando-as e desenvolvendo-as. Por ora, estaremos apenas enumerando as relações. Assim, elas seriam:

1. metáfora e subjetividade
2. metáfora, enunciação e discursividade
3. metáfora e ideologia

Estas maneiras de ver e pensar a metáfora não constituem maneiras estanques de conceituá-la ou classificá-la, e sim, representam as lentes de um outro olhar sobre esta forma de significação da linguagem. Elas constituem as perspectivas de um mesmo jogo.

No que diz respeito à primeira relação de metáfora que acabamos de enumerar, podemos dizer que em nosso trabalho temos procurado resgatar e evidenciar a natureza subjetiva do processo de construção da metáfora, articulando uma concepção de linguagem que envolve uma noção de sujeito e

de discurso a uma concepção de enunciação que privilegie as noções de acontecimento e de interdiscurso, como constitutivos de toda atividade enunciativo-discursiva.

Em nossa compreensão do processo de significação, é fundamental considerar que o sujeito faz parte da construção do sentido e que, portanto, este sentido não independe do sujeito que o produz e o utiliza. Assim, o sentido metafórico não se faz por desvio. No jogo da significação, o sentido se faz por efeitos de sentido.

2. O movimento dos sentidos

Antes de apontarmos os dados que serão mobilizados na análise propriamente dita, gostaríamos de voltar a registrar que, de modo geral, uma das grandes tarefas que nos impomos neste trabalho é realizar um estudo sobre o sentido.

Diremos, então, que nesta nossa reflexão, estaremos considerando que o sentido das palavras vem de sua história, e ainda, que o sentido de um enunciado não depende de suas características lingüísticas apenas, mas depende da formação discursiva a que ele pertence.

Isso nos permite dizer porque a Semântica é um campo de saber importante para a Análise do Discurso, pois é fundamental para esta última considerar que o discurso não é internamente homogêneo, ou seja, nos termos

de Orlandi(1988:53), **"todo discurso é uma dispersão de textos"** e ainda que, **"o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas.** (idem:58)

A metáfora, desse modo, é um movimento de sentido que produz efeitos. Ela introduz um "modo de significar", que não é apenas um desvio de sentido, mas a própria instauração de uma subjetividade, pois, como veremos, uma construção metafórica propõe, através do jogo de posições ou alternância de vozes-sujeito no enunciado, uma singularidade nos domínios da enunciação.

Assim, a leitura das cartas que estaremos apresentando a seguir é representativa do jogo de posições que ocupam os sujeitos-leitores no quadro de seu discurso: através das construções metafóricas que figuram no conjunto de enunciados por eles produzidos, os locutores dão voz a virtuais enunciadore, que oferecem pistas para que possamos compreender de outro modo a especificidade do funcionamento do discurso.

3. A distinção das imagens

Segundo a configuração das relações de significação que os fatos de linguagem estabelecem, estamos propondo três maneiras de olhar para o processo de construção da metáfora, sobre as quais realizaremos nossa reflexão. Esta distinção não coincide com as relações de metáfora que

propusemos anteriormente, pois enquanto as primeiras correspondem às questões que envolvem o *modo de significar* do processo de construção do sentido metafórico, esta última corresponde à *definição temática* que propomos para o conjunto de cartas constitutivo de nosso recorte. Assim, o movimento de sentidos das construções metafóricas nos dá elementos para dizer que podemos categorizar o corpus em *três níveis* de análise, que, em seguida, enumeraremos e distinguiremos:

- A. "A imagem difusa"
- B. "A imagem velada"
- C. "A imagem coincidente"¹

Para cada um destes níveis, selecionamos um grupo de cartas que categorizam determinadas relações dentro do processo de construção da metáfora ou do sentido metafórico.

Desse modo, o próprio movimento de realizar os três "cortes" nos elementos do corpus nos indicou uma maneira de compreender todo esse processo.

Em "a imagem difusa", como teremos oportunidade de verificar, as construções metafóricas se constituem com base nos sentidos que são atribuídos à palavra *real*, que denomina a moeda brasileira. Assim, nesse

¹ O termo "coincidente" nos foi sugerido no exame de qualificação pela Profa. Dra. Mónica Graciela Zoppi Fontana. Aproveitamos o espaço para agradecer-lhe pelo valor de sua contribuição.

primeiro recorte, o sentido do termo real vai se *alargando*, se *difundindo*, na medida em que preenche as condições de enunciação de cada uma das cartas selecionadas.

Já no segundo corte, “a imagem velada”, o jogo de imagens se configura a partir da significação que se atribui à palavra *santinho*.⁶ Nesse espaço, como veremos, o efeito de sentido que o processo metafórico produz é percebido através da *voz velada* dos sujeitos-leitores, que se marca nos enunciados. Isto é, verifica-se que a cada projeção de sentido, os sujeitos avaliam, interpretam e julgam o processo sócio-político e histórico que estão vivenciando.

Finalmente, para o terceiro e último corte, “a imagem coincidente”, selecionamos exemplos de cartas em cujas construções, o processo de construção da metáfora revela um *ajuste de imagens*, isto é, o processo metafórico enquanto acontecimento, cruza enunciados de modo que a “forma” da metáfora não corresponde a uma definição (“x é y”) e sim, a uma categorização (simplesmente “x”).

Diante do quadro teórico até aqui apresentado, tivemos oportunidade de estabelecer as linhas gerais que norteiam nosso trabalho. Gostaríamos de retomar a distinção que elaboramos logo no início desse capítulo sobre as relações de metáfora, para poder especificá-las e rediscuti-las em conjunção com os temas levantados.

A primeira relação que delimitamos foi entre *metáfora* e *subjetividade*, isto é, repetidas vezes afirmamos que a metáfora instaura uma

subjetividade enunciativa. Isso quer dizer que a metáfora constitui o sujeito no acontecimento, ela o particulariza, produz 'singularidade'.

Desse modo, as diferentes construções metafóricas podem especificar, no jogo das formações discursivas, diferentes posições ideológicas; caracterizando o que já tivemos oportunidade de afirmar,⁴ isto é, que a metáfora é uma fresta na linguagem através da qual a ideologia se marca na língua. E, quando tratamos da língua, nossa compreensão nos orienta no sentido de entendê-la como a delimita Orlandi, em *Exterioridade e Ideologia* (1995):

“(...) o que interessa à Semântica Discursiva é a ordem da língua tomada como sistema significante em sua relação com a história, considerada em sua materialidade simbólica.” E, mais adiante:

“O que interessa é a ordem da língua. Não é, por exemplo, a relação entre sujeito e predicado que é relevante, mas o que esta organização sintática pode nos fazer compreender dos mecanismos de produção de sentidos (lingüístico-históricos) que aí funcionam, enquanto ordem significante.”

Portanto, poderíamos dizer que o discurso é o ponto de relação da língua com a história e, a metáfora, enquanto processo de construção de sentido, através de suas relações com a ideologia e a subjetividade, delimita um lugar de dizer que se constitui e se sustenta em determinados domínios da enunciação. Vista assim, pode configurar um acontecimento enunciativo, na

medida em que, “cruza enunciados diferentes em uma mesma materialidade enunciativa”. Produz efeito de pré-construído.

Isso ficará mais claro no momento em que estivermos trabalhando com as cartas do segundo e terceiro “recorte” - “A imagem velada” e “A imagem coincidente”, respectivamente. Verificar-se-á que o processo metafórico produz lugares de significação que configuram as marcas do interdiscurso na “ordem da língua”. Isto é, a metáfora se faz na enunciação e produz um deslize no sentido de forma que a língua passa a abrigar uma memória nova.

4. A constituição do "corpus" discursivo: três “cortes” de imagens

• Em seus trabalhos sobre o funcionamento discursivo da linguagem, Eni Orlandi formulou o conceito de “recorte” para remeter ao conjunto de fatos de linguagem ou “corpus”, que configura determinado objeto de reflexão.

Em nossa compreensão, tal uso se refere ao fato de que em Análise do Discurso de linha francesa, como sabemos, a delimitação do “corpus” já é um trabalho de análise, regulado pelas condições de produção.

Na terminologia de Maingueneau (1984), como já havíamos pontuado anteriormente, três noções fundamentais são mobilizadas para se

tratar das formações discursivas como constitutivas condições de produção: o "universo discursivo", o "campo discursivo" e o "espaço discursivo".

No caso específico da análise que nos propomos realizar, o campo discursivo é constituído pelo *discurso sobre o político*, dentro das relações cotidianas de linguagem, e ainda, o espaço discursivo se concebe com base no *funcionamento discursivo da metáfora*, representado pelas relações que este processo de construção do sentido estabelece neste espaço.

Dessa forma, o recorte de nossos dados foi feito a partir da leitura de cartas extraídas do "Painel do Leitor", coluna diária do primeiro caderno do jornal Folha de São Paulo; produzidas no período de julho de 1994 a janeiro de 1995.

• Para nosso trabalho de análise, escolhemos as cartas que tratam especificamente de discutir as questões que dizem respeito ao momento político que se vivia naquele período: as *eleições gerais* para presidente, senadores, deputados federais e estaduais.

As cartas são produzidas em sua maioria por falantes comuns, que de uma forma ou de outra, se inscrevem na esfera do político.

Na seção em que aparecem, isto é, o *Painel do leitor*, as cartas estão distribuídas conforme o assunto que tratam. Desse modo, cada 'conjunto de cartas' possui um título, que, de maneira geral, tem a função de encabeçar e introduzir tal conjunto.

Muitas vezes, além do título que acabamos de mencionar, encontram-se também ilustrações, que funcionam como verdadeiras metáforas do que irá ser abordado.

Veremos em seguida as cartas que fazem parte de nosso recorte de dados. O que orientou o recorte de dados foi justamente o fato de encontrarmos, na maioria significativa das cartas, construções metafóricas que configuram pistas para a nossa análise. Desse modo, optamos por transcrever as construções metafóricas em letra maiúscula, a fim de que se possa lhes oferecer um maior destaque.

Além disso, o nosso recorte teórico se fez de maneira que as cartas aparecem relacionadas segundo um *definição temática*. É importante registrar que a relação temática que estabelecemos não coincide com o título que encabeça as cartas no jornal. Desse modo, distinguiremos a apresentação das cartas da seguinte maneira: em primeiro lugar, apresentaremos o tema que define o objeto de determinado grupo de cartas para, em seguida, reescrever o título que cada uma delas recebe no *Painel do Leitor*.

A. Primeiro Corte: “ A imagem difusa”

Sexta-Feira, 1 de julho de 1994

Na real

1. "Muito pouca gente pode estar percebendo, mas os usuários de ônibus urbano de São Paulo iniciam a 'ERA DO REAL' com préjuízo. O valor da passagem de ontem é de CR\$ 1.200,00 ou 0,43 URVs. Hoje, as passagens passam para R\$ 0,50 (CR\$ 1.375,00). Nesta brincadeira, o aumento é de 14,58%."

João Carlos Schleder (São Bernardo do Campo, SP)

Sexta-Feira, 1 de julho de 1994

• 2. "Mais uma tarefa para os bancos: distribuir os REAIS 'SANTINHOS' de FHC impressos na Casa da Moeda, sob coordenação do Banco Central e supervisão do devoto Ricupero."

Adilson de Almeida Vasconcelos (Brasília, DF)

Terça-Feira, 26 de julho de 1994

Longe da justiça

3. "O episódio alfandegário da chegada da seleção nos envergonha e nos revolta. Enquanto brasileiros desempregados sobrevivem

do comércio de muambas vindas do Paraguai, arriscando seus parques trocados ante a implacável fiscalização, O NOSSO MINISTRO REAL passa por cima da lei e autoriza a liberação das toneladas de excesso que os pobres craques desembarcaram.

Jaime Panadés Rubió (Araxá, MG)

Segunda -Feira, 5 de setembro de 1994

A demissão de Ricupero

4. "Hoje a Folha mostrou que está realmente se 'ricuperando': com muita capacidade fez ver ao Brasil que o 'MONGE DO SANTO REAL' tem um mau hábito. Assim não dá para não ler."

Sábado, 10 de setembro de 1994

Telhado de vidro

5. "Ao afirmar no horário político que o PLANO REAL É MAIS UMA ARMADILHA PARA ENGANAR O POVO, Orestes Quércia transborda competência no assunto mas tem memória curta, pois em 1986 ele e seu partido com o Plano Cruzado, 'caça aos bois no pasto' e eleições, foram os autores do maior estelionato eleitoral que este país já viveu."

Orlando Lovecchio Filho(Santos, SP)

Sexta-Feira, 30 de setembro de 1994

Emissão em tempos de real

6. "Vêm passando quase despercebidas as manobras do governo para simular o cumprimento dos tetos de emissão monetária, apresentados inicialmente como a principal ou uma das principais 'âncoras' do chamado Plano Real. Números divulgados esta semana revelam que a emissão ultrapassou já em agosto o teto estabelecido para setembro. O que fez então o governo? Na maior cara-de-pau, simplesmente redefiniu a forma de apurar os valores! Originalmente, os tetos diziam respeito à média dos saldos diários dos meses finais de cada trimestre. Em função da dificuldade de respeitar o critério original, passou a valer a média da emissão no trimestre, o que permite obviamente emitir muito mais sem descumprir formalmente os limites. A desculpa apresentada pelo governo para esse procedimento foi tão esfarrapada que não vale a pena nem reproduzi-la. Mesmo com esse artifício, há indicações de que ainda será difícil respeitar os limites nos próximos meses, o que poderá levar o governo a aumentá-los em alguma reedição futura da medida provisória que introduziu o real. É o caso de perguntar: de que vale uma 'âncora' dessas, que pode ser manipulada ou alterada pelo governo a qualquer momento e sem restrições? Se ESSA É A 'ÂNCORA' FUNDAMENTAL DO REAL, como pretende ou pretendia o governo, O PLANO PARECE ESTAR EM MAUS LENÇÓIS."

Paulo Nogueira Batista Jr., economista (São Paulo, SP)

Quarta-Feira, 5 de outubro de 1994

Pós-eleitoral

7. "Roubaram a festa, o brilho das bandeiras e, por que não, a esperança mais uma vez. Nas eleições de 3 de outubro, o clima das ruas era de velório. Quem sabe, O VELÓRIO DO REAL. "

Nelson Bison e Wanderlucce Pessoa Bison (São Paulo, SP)

Quarta-Feira, 5 de outubro de 1994

8. "Faz tempo que se sabe que os filósofos não são sujeitos distraídos. Mas Bento Prado parece distraído quando argumenta, para minimizar o peso do PFL na aliança em torno de FHC, que o PC do B também não impôs suas teses a Lula, como se o peso do PFL numa aliança fosse igual ao do PC do B na outra. Revive a idéia de filósofo representada pelo sujeito que olhava a estrela e caiu num buraco. Só que Bento Prado não olha a estrela (se olhasse, votaria em Lula). Só TROPEÇA NO REAL."

Sírio Possenti (Campinas, SP)

Podemos propor a análise de uma das cartas desse primeiro conjunto de temas, que delimitamos como "A imagem difusa":

(2). "Mais uma tarefa para os bancos: distribuir os REAIS 'SANTINHOS' de FHC, impressos na Casa da Moeda, sob coordenação do Banco Central e supervisão do devoto Ricupero."

Adilson de Almeida Vasconcelos (Brasília, DF)

Poderíamos, em primeiro lugar, considerar que uma das pistas para verificarmos como a ideologia se marca no discurso a partir de construções metafóricas, é tomarmos como ponto de partida a localização e qualificação dos lexemas nesse processo discursivo.

Nessa situação de linguagem, a construção "reais 'santinhos'" nos indicou a seguinte direção: o lexema "real" é o nome da moeda que começou a circular no mercado brasileiro, exatamente um mês antes da carta do leitor Adilson A. Vasconcelos ser publicada na coluna *Painel do Leitor* da Folha de São Paulo (FSP), ou seja a moeda brasileira mudou de "Cruzeiro Real" para "Real", no dia 1 de junho de 1994.

O autor da mudança econômica que introduziu a nova moeda no mercado é o atual Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (FHC); então candidato à presidência e Ex-Ministro da Economia do presidente anterior, Itamar Franco.

Ora, no caso do enunciado em questão, o lexema "real" está associado à palavra "'santinho'" (que o próprio locutor destaca); de forma que esta associação instaura uma maneira de significar, um modo de organizar o sentido, que faz com que se possa dizer que no *acontecimento discursivo* o

sentido não está cristalizado e nem se localiza apenas em uma região demarcada.

Ou seja, a palavra “*real*”, que nomeia a moeda brasileira e, portanto, neste caso, pertence à categoria dos substantivos; funciona no enunciado em questão, como um adjetivo. Está associada ao vocábulo *santinho* e produz deste lugar, a enunciação das qualidades negativas que lhe são atribuídas.

Ócabe assinalar aqui que um dos sentidos possíveis para a palavra *santinho* é o que está associado ao de 'imagem religiosa', entretanto, no caso do recorte de linguagem que estamos considerando, no que corresponde às condições de produção, verificamos que o sentido que se atribui é de 'propaganda eleitoral'.

• Desse modo, a construção metafórica *reais 'santinhos'*, permite, pelo menos, duas paráfrases ou duas significações possíveis:

a. 'a propaganda eleitoral';

b. 'a moeda oficial'.

Antes de avançarmos no processo de análise, gostaríamos de registrar que estas duas paráfrases não têm a mesma igualdade por causa do uso das aspas em *santinhos*.

Desse modo, precisamos marcar o valor do uso das aspas nesta e em outras cartas que analisaremos em seguida, pois isso ilustra de maneira significativa a primeira relação de metáfora que propusemos anteriormente, e que agora estamos retomando: a questão da subjetividade.

Em termos gerais, poderíamos dizer que esta marca de heterogeneidade funciona de forma que o locutor, através do uso das aspas, coloca uma tentativa de controlar o movimento dos sentidos, isto é, as aspas indicam a manifestação da subjetividade, porque aparecem no discurso como se fossem a marca de uma pontuação da consciência, como se o sujeito quisesse marcar o lugar da consciência, produzindo singularidade.

Assim, considerando as possibilidades de sentido que se apresentam, podemos verificar como uma construção metafórica revela as marcas da interdiscursividade, isto é, nos termos de Guimarães (1995: 68); **"um acontecimento enunciativo cruza enunciados de discursos diferentes em um texto. A enunciação, então, se dá como o lugar de posições de sujeito que são os liames do acontecimento com a interdiscursividade. Deste modo, aquilo que se significa, os efeitos de sentido, são efeitos do interdiscurso no acontecimento."**

Ou seja, se tomarmos as paráfrases da construção metafórica *reais 'santinhos'*, percebemos que esses efeitos, estas *marcas do interdiscurso no acontecimento* são constituídas pela enunciação das qualidades negativas que se atribuem à palavra *santinho*. Assim, quando tratamos da primeira paráfrase, as qualidades negativas se estabelecem pela

revelação de que a *tarefa dos bancos* será distribuir a *propaganda eleitoral* do candidato à presidência ('por meio' da distribuição da *moeda oficial* que passou a circular em 1 de junho de 1994.)

No caso da segunda paráfrase, ocorre o inverso, isto é, neste caso, a leitura que se faz é que distribuição e circulação da *moeda oficial*, propriamente dita, serve de *propaganda eleitoral* para o candidato à presidência.

Portanto, se quisermos, podemos formular de uma outra maneira o que acabamos de dizer, ou seja, do ponto de vista lingüístico, no primeiro caso, o lexema *real* funciona no discurso como pertencente à categoria de "adjetivo", isto é, qualifica o lexema *santinho* e, no segundo caso; como pertencente à categoria de "substantivo". E aqui, quem o especifica, é a própria palavra *santinho*, que caracteriza a forma como a moeda oficial entra no mercado, como propaganda eleitoral de quem a criou. De qualquer modo, importa realmente registrar a forma como tal construção metafórica marca no acontecimento o seu conteúdo ideológico.

Desse modo, através da análise que realizamos acima, podemos observar pelo menos duas razões para o tema do primeiro conjunto de cartas se definir como "a imagem difusa". Neste primeiro grupo de cartas que selecionamos, as construções metafóricas se constituem com base nos sentidos que são atribuídos à palavra *real*, a qual, como sabemos, nomeava a partir de então, a nova moeda brasileira.

Em “a imagem difusa”, o sentido do termo *real* vai se *alargando*, se *difundindo*, na medida em que preenche as condições de produção do domínio de enunciação de cada uma das cartas selecionadas.

É o que consideraremos mais uma vez, a partir da análise de um outro par de cartas deste primeiro recorte.

No caso das cartas (3) e (4) do mesmo conjunto, destacamos as seguintes formações compostas:

a. Em (3), “MINISTRO REAL”

b. EM (4), “MONGE DO SANTO REAL”

As duas nomeações dizem respeito ao ex-ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, que assumiu a pasta em 27 de março de 1994, substituindo o então ministro e atual Presidente, Fernando Henrique Cardoso, que ocupava a pasta desde maio de 1993 e que, justamente, deixava o cargo para disputar a Presidência da República.²

Na primeira formação composta, “ministro-real”, o lexema “real” funciona, mais uma vez, como adjetivo e pode produzir deste lugar, a enunciação de, pelo menos, dois sentidos possíveis:

No fragmento da carta 3, “(...) o nosso MINISTRO REAL passa por cima da lei (...)”, resgatamos uma das significações possíveis para o

² Esta informação e outras subsequentes sobre os fatos históricos referentes ao ano de 1994 foram retiradas do *Almanaque Abril: 1995*. São Paulo. Editora Abril. 1995.

lexema “real, ou seja, percebemos que neste caso, através do jogo enunciativo, o sentido de “real” remete ao que é “próprio da realeza”, isto é, neste caso a paráfrase que se constrói é:

a. “O ministro é aquele que tem o *poder* de alterar o rumo dos acontecimentos” (enquanto alguém que representa este mesmo poder).

Nesse sentido, compreende-se o uso da expressão “passa por cima da lei”.

A outra direção de sentido a que a construção metafórica **MINISTRO REAL** sugere através de suas condições de enunciação é aquela que identifica o ministro com “aquele que representa a moeda”, e nesse caso, a paráfrase que se constrói é:

b. “O ministro é o Real” (ou o seu representante mais direto).

Mais uma vez, reafirma-se a idéia de *poder* e *soberania* e compreende-se a outra construção metafórica, “**MINISTRO REAL**”.

Isso mostra como a ideologia se marca na língua. Isto é, em nossa compreensão, a ideologia se marca na língua através do movimento dos sentidos, isto é, a partir do deslize no sentido que o processo metafórico produz, o movimento que se revela é o de se trazer para a língua uma memória nova.

Consideramos que seja importante assinalarmos e verificarmos a relação entre ideologia, metáfora e subjetividade, que estamos apenas

apontando aqui e desenvolvendo mais adequadamente nas duas etapas posteriores de análise, através de toda a discussão que faremos sobre as questões do interdiscurso.

Desse modo, parece-nos que a construção (4); “monge do santo real, pode ser compreendida por esta via. Nesse caso, uma das formas de pontuarmos a relação entre ideologia e subjetividade no processo metafórico, seria através das marcas de heterogeneidade.

Desse modo, em termos de heterogeneidade, a difusão das significações dos lexemas monge e real evidencia uma marca de produção, isto é, ao enunciar tal construção, o sujeito marca na língua os efeitos do interdiscurso num movimento em que traz a história para dentro da língua.

Assim, se ao mesmo tempo, tomamos o enunciado no qual esta construção figura e resgatamos o momento histórico de sua produção, podemos destacar e apreender os movimentos do sentido metafórico.

Se nos deslocamos por alguns instantes e nos situamos no momento da demissão do ex -ministro Rubens Ricupero, verificamos que o que ocasionou este fato foi a conversa informal e “privada”, que o ministro teve com o jornalista Carlos Monforte, da TV Globo, nos estúdios da emissora. Naquela conversa, Ricupero reconhece o apoio do governo ao candidato do PSDB à Presidência da República, Fernando Henrique Cardoso, e afirma que suas entrevistas em favor do Plano Real, ajudam a Fernando Henrique. Esta conversa foi captada por antenas parabólicas e, dois dias após este episódio, o ministro pediu demissão.

Portanto, percebemos, que em (4), o sentido metafórico de monge pode ser compreendido segundo as próprias condições de construção e enunciação deste lexema e de suas relações de significação. Pois, o enunciado “o monge do santo real tem um mau hábito”, possibilita-nos a afirmar, como já havíamos dito anteriormente, que no acontecimento discursivo, o sentido não está cristalizado e nem se localiza em uma região demarcada (por suas relações com o interdiscurso e com a ideologia).

Ó próprio processo metafórico evidencia isso. Ou seja: parece-nos que nessa instância discursiva, increve-se um sujeito que enuncia o jogo de vozes. Pois, em “monge do santo real”, o lexema monge substitui a palavra ‘ministro’ e, não só a substitui, como também passa a nomear o ministro, marcando daí, a alternância de vozes.

- Associada ao lexema, está a expressão “santo real”, que o caracteriza e o redefine, uma vez que a “ordem religiosa” que o “monge” representa é aquela em que se veste o “hábito do Real “ (neste caso, a nova moeda).

Além disso, e também por isso, recolocamos a expressão nos limites do enunciado em que foi produzida. Assim, dizer que o monge tem um mau hábito pode significar:

- a. o ministro tem um mau “costume” (falar demais);
- b. o ministro desempenha mal seu “papel” (representa inadequadamente a sua “ordem religiosa”).

Todas essas paráfrases que vimos construindo dentro deste primeiro recorte de imagens, nos possibilitam compreender o jogo de construções de sentido que o processo metafórico estabelece, isto é, alcançar as relações entre a metáfora e os efeitos que produz em determinados domínios de enunciação.

B. Segundo Corte: “A imagem velada”

Terça-Feira, 6 de setembro de 1994

• O pecado de Ricupero

9. “Eis nosso ministro se mostrando por inteiro como ele sempre me pareceu. UM SANTINHO DE PAU OCO. Os antigos guardavam ouro e diamante que enganavam o apetite insaciável da coroa portuguesa por nossas riquezas. Nossa versão moderna, encarnada no ministro da Fazenda, guarda o que há de mais asqueroso na prática política brasileira: ‘a falta de escrúpulos’, para usar as palavras do próprio ministro.”

Antonio Emilio Angueth de Araújo, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte, MG)

Sábado, 17 de setembro de 1994

Justiça eleitoral

10. "Um detetive astuto poderia aceitar o desafio de seguir os passos da Justiça eleitoral brasileira. Teria de investigar por que a Justiça proibiu a boca-de-urna, uma manifestação legítima que empresta alegria à obrigação de votar. Teria de farejar na legislação que pune os abusos no uso da máquina governamental um certo corpo mole legal a favor de FHC. Com a cassação do registro da candidatura do presidente do Congresso e do Senado, Humberto Lucena, por ter impresso SANTINHOS com o dinheiro público, o detetive se sentiria confuso. Um homem público de 'reputação ilibada' respondendo processo criminal por peculato? Onde se encontra a ética e o bom senso na política brasileira?"

• **Francisco Balkanyi** (São Paulo, SP)

Sexta-Feira, 28 de outubro de 1994

Olho no Voto

11. "O **Olho no voto** ficou aquém das minhas expectativas, é verdade, mas não posso defender congressistas que se omitem de suas verdadeiras tarefas, como está fazendo o novo ombudsman, que parece considerar que 'os deputados injustiçados' constituem o padrão de leitor médio

da **Folha**. Melhor ter havido um **Olho no Voto** seco, sem comentários, do que tolerar tergiversações de parlamentares que, depois da exposição de suas faltas (e falhas), procuraram explicar a seus leitores por que deixaram de cumprir suas funções. Queria ver divulgados, algum dia, os resultados dessas viagens de turismo pagas com dinheiro público (no caso da Assembléia Geral da ONU, com dinheiro do Executivo, através do Ministério das Relações Exteriores). Muitos SANTINHOS DE PAU OCO seriam das mascarados. Depois, parece que caberia ao ombudsman defendê-los quando, no **Painel do Leitor** viessem reclamar dos prejuízos que teriam sofrido pela exposição de seus privilégios e do absenteísmo institucionalizado...”

Edelcio José Ansarah (Brasília, DF)

Sexta-Feira, 28 de outubro de 1994.

Covismo

12. “Acredito que o artigo de Marcelo Coelho no caderno **Ilustrada** da edição de 26/10 deveria ter encerrado colocando um SANTINHO DE COVAS ou mesmo dando o endereço de seu comitê, ou quem sabe pedindo voto de uma maneira mais direta: votem no Covas.”

Cesar Romão (Santana de Parnaíba, SP)

Para este segundo nível de análise, recortamos, como já foi apontado anteriormente, um grupo de cartas, cujo *modo de significar* do processo metafórico se configura a partir da significação que se atribui à palavra *santinho*.

Desse modo, voltamos a afirmar, que nesse espaço, o efeito de sentido que o processo metafórico produz é percebido através da voz *velada* dos sujeitos leitores, que se marca nos enunciados.

Mais uma vez a relação entre metáfora, enunciação e subjetividade se revela através das questões do interdiscurso. À medida em que se preenche as condições discursivas das cartas desse recorte, verifica-se que a cada projeção de sentido, os sujeitos avaliam, interpretam e julgam o processo sócio-político e histórico que estão vivenciando. Reafirmamos que a metáfora constitui o sujeito no acontecimento, ela o particulariza, produz “singularidade”.

Vejamos, então, mais uma vez, como as coisas se dão. Segundo os caminhos da análise do primeiro recorte de imagens, verificamos que um dos possíveis sentidos para o vocábulo *santinho* e que o dicionário registra é o de “imagem religiosa”. No caso das cartas (9) e (11) deste segundo recorte, temos os seguintes enunciados:

(9) “Eis nosso ministro se mostrando por inteiro como ele sempre me pareceu. UM SANTINHO DE PAU OCO”.

(11) “(...) Queria ver divulgados, algum dia, os resultados dessas viagens de turismo pagas com dinheiro público (...). Muitos SANTINHOS DE PAU OCO seriam desmacarados”.

Para esta construção, SANTINHO DE PAU OCO, encontramos a seguinte significação:

Santo de pau oco: "(...) Imagem de santo feita de madeira, e que era oca por dentro a fim de por ele se contrabandear ouro e diamantes" (Aurélio, 1986: 1548).

O sujeito da carta (9) indica um uso em sua construção metafórica, que de uma certa forma, resgata esse sentido. Pois, em seu discurso, reconstrói e resgata o sentido da nomeação "santinho de pau oco", em sua relação com a história, uma vez que redefine tal construção:

"Os antigos guardavam ouro e diamante que enganavam o apetite insaciável da coroa portuguesa por nossas riquezas. Nossa versão moderna, encarnada no ministro da Fazenda, guarda o que há de mais asqueroso na prática política brasileira: 'a falta de escrúpulos', para usar as palavras do próprio ministro."

Se tomarmos por base este fragmento enunciativo que aparece na carta, logo após a construção metafórica que estamos tratando, podemos distinguir duas questões importantes. Uma delas é a que diz respeito à metáfora enquanto processo de construção de sentido, que através de suas relações com a ideologia e a subjetividade, delimita um lugar de dizer que se constitui e se sustenta em determinados domínios de enunciação.

Isto é, o processo metafórico produz lugares de significação que configuram as marcas do interdiscurso na ordem da língua. Produz efeito de pré-construído, estabelecendo assim, um quadro no qual os sentidos

concorrem, na medida em que colocam uma relação com o interdiscurso, com a memória do dizer, como havíamos afirmado anteriormente.

Outra questão importante é a que se configura a partir do uso das aspas como marca de heterogeneidade mostrada, ou como também propõe Authier (1990), “pontuação do inconsciente”. Tal uso, segundo nossa compreensão, expressa a condição de heterogeneidade da metáfora, pois no momento em que o locutor retoma as palavras do outro, isto é, em: “(...) o que há de mais asqueroso na prática política brasileira: ‘a falta de escrúpulos’, para usar as palavras do próprio ministro”, e marca este gesto através do uso das aspas, percebemos que este deslocamento de sentido produz o acontecimento. As aspas produzem e marcam o movimento de sentidos, como propusemos anteriormente, na primeira parte da análise. E, além disso, funcionam como ponto de relação da língua com o sujeito e a história.

• Do mesmo modo, em (11), o locutor produz um lugar de significação ao enunciar que os “santinhos de pau oco” seriam desmascarados se os resultados das “viagens de turismo pagas com o dinheiro público” fossem divulgadas. Como o sujeito - produtor de (9), aponta para o que Orlandi (1995, 18) propõe:

“(...) todo dizer se liga a uma memória. Para dizer, de certo modo, todo sujeito ‘recorre’ a um ‘arquivo’, aos discursos disponíveis. Todo sujeito tem seu ‘discurso textual’”.

De certa forma, poderíamos dizer que a metáfora singulariza esse “arquivo” ou “discurso textual”, pois como processo de construção de sentido,

“revela” a memória do dizer. Assim, podemos dizer, em termos gerais, que a língua abriga a memória do que se diz e as construções metafóricas marcam no acontecimento esse deslocamento.

Nas duas cartas, o sujeito reconstrói o sentido da expressão “santinho do pau oco”, delimitando-o e interpretando-o segundo o momento histórico que vive.

Assim, a imagem velada, se desvela, faz sentido e produz singularidade, isto é, um sujeito que intervém no que se diz e a partir de um jogo de imagens, produz significação.

Temos ainda, nesse mesmo recorte, duas outras cartas nas quais encontram-se os seguintes enunciados:

• 10. “(...) Com a cassação do registro da candidatura do presidente do Congresso e do Senado, Humberto Lucena, por ter impresso SANTINHOS com o dinheiro público (...)”

12. “Acredito que o artigo de Marcelo Coelho no caderno **Ilustrada** da edição de 26/ 10 deveria ter encerrado colocando um SANTINHO DE COVAS (...)”

Percebemos que no primeiro caso à palavra “santinho”, ao contrário do que acontece na carta (2) do primeiro recorte, não está associado nenhum lexema ou expressão que a especifique. (Esta associação se faz

quando a recuperamos textualmente, isto é, sabemos que os “santinhos” impressos foram os de Humberto Lucena.)

Já na carta (12), a expressão “DE COVAS” delimita a significação do lexema “santinho”, mas em ambas as cartas, a direção de compreensão que se indica é aquela que corresponde, segundo as condições de produção dos enunciados, ao sentido de “panfletagem” ou de “propaganda eleitoral”. Isto é, a palavra “santinho” funciona nos dois enunciados como marca do interdiscurso no acontecimento, de acordo com as possibilidades de sentido que apresenta. Dessa forma, as construções metafóricas “santinhos (de Lucena)” e “santinhos de Covas” marcam no acontecimento discursivo o seu conteúdo ideológico. Nessa perspectiva, podemos dizer que a língua na relação com a história, compreendida como o conjunto das condições de produção que determinam o discursivo, produz o discurso.

• Desse modo, estes dois últimos exemplos já nos fornecem elementos para trabalhar os fatos do terceiro e último recorte de imagens. Em **“A imagem coincidente”**, nosso esforço de compreensão do processo metafórico se encaminhará no sentido de reconstruir o acontecimento, isto é verificar os deslocamentos que o próprio processo metafórico produz e que configuram as questões de interdiscursividade.

C. Terceiro corte: “A imagem coincidente”

Domingo, 7 de agosto de 1994

Aposentadoria

13. “Estou esperando há quase um ano e não consigo minha aposentadoria depois de trabalhar e pagar impostos por 30 anos. Agora acabo de saber que aqueles ‘ANÕES’ que foram cassados já estão recebendo suas aposentadorias. É revoltante! Isso tudo tem que ter uma forma de acabar.”

Arnoldo Castanho Almeida (Guarujá, SP)

Domingo, 25 de dezembro de 1994

Weffort

14. “O sr. Francisco Weffort, tendo jogado no lixo os mais elementares princípios da ética política para satisfazer seus apetites, servindo de enfeite no BOLO FERNANDISTA, ainda se atreve a falar de ‘respeitabilidade’ e ‘informação’ em relação ao jornalista Janio de Freitas, um dos personagens mais decentes e íntegros da imprensa brasileira.”

Edgard Luiz de Barros e Liliane Schrank Lehmann (São Paulo, SP)

Segunda-Feira, 26 de dezembro de 1994

O novo ministério

15. “Não votei nesse governo, mas gostei da convocação de Pelé para o Ministério Extraordinário dos Esportes. Se fizer 10% daquilo que fez como profissional, vai ser uma revolução. O esporte de massa vai agradecer, a CBF espernear e os políticos desse ‘governo possível’ enciumarão, com certeza. Companheiro Pelé, cuidado com os ABUTRES, RAPOSAS e TUBARÕES.”

Jurcy Querido Moreira (Guaratinguetá, SP)

Terça-Feira, 27 de dezembro de 1994

Crime e castigo

16. “O que acontece com essa REDE que só consegue capturar PEIXES PEQUENOS enquanto os MAIORES escapam?”

Cassia Tiemi Fukuda (São Paulo, SP)

Para este último recorte, como já tivemos oportunidade de assinalar, selecionamos exemplos de cartas nas quais o processo de construção do sentido metafórico revela um *ajuste de imagens*, isto é, enquanto acontecimento, cruza enunciados de modo que a “forma” da metáfora não corresponde a uma definição (“x é y”) e sim, a uma categorização (temos simplesmente o elemento “x”, que incorpora os outros elementos da definição). Desse modo, para este último tipo, adotamos a nomeação de “metáfora coincidente”.

É interessante apontarmos como este processo se instaura. Para compreender a construção metafórica da carta (13), precisamos fazer uma breve incursão na história recente de nosso país. Desse modo, quando o sujeito locutor diz:

(13) “Estou esperando há quase um ano e não consigo⁴ minha aposentadoria (...). Agora acabo de saber que aqueles ‘ANÕES’ que foram cassados já estão recebendo suas aposentadorias (...).”

A construção metafórica ‘ANÕES’ resgata um enunciado que circulou sob determinadas condições de produção, isto é, quando nos últimos três meses de 1993, foi instalada a CPI (Comissão Parlamentar de Investigação) do Orçamento do Congresso Nacional, verificou-se um grande escândalo de corrupção da política brasileira, ou seja, “quatro senadores e dezesseis deputados são acusados de envolvimento na manipulação de verbas do Orçamento da união, beneficiando grandes empreiteiras e desviando recursos da área social para entidades fantasmas ligadas a parlamentares.” (Almanaque Abril. São Paulo: Editora Abril, 1994, p. 9)

No momento do depoimento do economista José Carlos Alves dos Santos, diretor aposentado do Departamento de Orçamento da união no governo Collor, foi revelado o nome de quem comandava a quadrilha do orçamento: o deputado João Alves (PPR-BA), que era relator-geral da Comissão de Orçamento do Congresso e, de cujas aprovações em favor das empreiteiras (na Comissão de Orçamento) recebia vinte por cento do total.

Este deputado era o líder de um grupo de deputados “de baixa estatura e alta voracidade” conhecido como “Os sete anões do Orçamento”. No

início de 1994, com o término da CPI do Orçamento, pediu-se a cassação do mandato de pelo menos quinze parlamentares, dentre eles “os sete anões da máfia do Orçamento, puxado pelo chefe do bando, João Alves” (Almanaque Abril, 1994: 10 e 13).

Todo este regate histórico se fez necessário para que se pontuasse o momento em que o sujeito - produtor da carta (13) ‘reconstrói’ a história, a memória do dizer, dentro dos domínios de enunciação em que produz a construção metafórica ‘ANÕES’. As marcas de heterogeneidade de um discurso “de outro” nessa determinada circunstância de enunciação são reveladas pelo uso das aspas, de forma que o sujeito ao dizer, marca-lhe um dizer outro.

Coloca-se aí a relação com o interdiscurso como memória no acontecimento, a partir da concorrência de sentido que o próprio processo metafórico instaura e revela. No jogo da significação, os sentidos, concorrem, repetem-se, ajustam-se. À instância que estamos chamando de ‘ajuste de sentidos’ nesse recorte corresponde a própria construção da subjetividade enunciativa, uma vez que o sujeito marca a subjetividade na materialidade lingüística a partir das construções metafóricas que produz.

No caso das outras cartas em questão as construções metafóricas instauram uma maneira de significar, na qual as imagens também se ajustam, são coincidentes. Desse modo, nas cartas (14), (15) e (16), quando os sujeitos enunciam respectivamente:

(14) “O sr. Francisco Weffort (...) servindo de ENFEITE no BOLO FERNANDISTA ainda se atreve a falar de ‘respeitabilidade’ e ‘informação’ (...).”

(15) “(...) gostei da convocação de Pelé para o Ministério Extraordinário dos Esportes (...). Companheiro Pelé, cuidado com os ABUTRES, RAPOSAS e TUBARÕES (os políticos).”

(16) “O que acontece com essa REDE que só consegue capturar PEIXES PEQUENOS enquanto os MAIORES escapam?”

Podemos observar que em (14), a construção metafórica ENFEITE no BOLO FERNANDISTA, remete ao que se propôs anteriormente, quando tratamos de discutir as instâncias de enunciação do texto (13). Assim, nesta formação o sujeito através de sua maneira de significar produz um deslocamento que configura o acontecimento. Isto é, em termos de mecanismos discursivos, as marcas da concorrência (ou co-ocorrência) de sentidos e da relação com a alteridade se revelam pela presença do outro em um lugar que lhe foi construído e que antes não lhe era atribuído, isto é, ao enunciar que o sujeito Weffort era ENFEITE no BOLO FERNANDISTA, o locutor faz referência ao momento histórico que vivencia e através desta intervenção, produz singularidade (como constitutiva de subjetividade).

No caso da carta (15) a alternância de vozes é marcada pelo uso “seqüenciado” e “reiterado” das nomeações ABUTRES, RAPOSAS e TUBARÕES, pois de acordo com as condições de produção do que se enuncia

em (15), parece-nos que tais nomeações remetem ao quadro sócio-histórico e político do final de 1994.

Percebemos que o *ajuste de imagens* se faz na medida em que o efeito literal das construções metafóricas de (15) faz referência aos sujeitos que detêm o poder através da prática política, mundo do qual fará parte o interlocutor (o ex-jogador de futebol Edson Arantes do Nascimento - Pelé), enquanto futuro ministro dos esportes.

O quadro das condições de produção de (16) é o que se configura pelo desfecho do julgamento a que se submetiam o ex-presidente Fernando Collor de Mello, seu tesoureiro de campanha Paulo César Farias (P.C. Farias) e outros assessores a eles subordinados. Assim, em meados de dezembro de 1994 (mais especificamente, entre os dias 12 e 13), o resultado do julgamento foi o seguinte: Fernando Collor e P. C. Farias foram absolvidos do crime de corrupção passiva pelos juízes do Supremo Tribunal Federal (STF), embora P. C. Farias tenha sido condenado a sete anos de reclusão, por crime de falsidade ideológica.

No dia 13/12 Jorge Bandeira de Mello, piloto de P. C. Farias foi condenado a 14 meses de reclusão e multa de 10 salários mínimos por ter emitido cheques de contas fantasmas; a secretária Rosinete Melanias e o contador de PC também foram condenados a quase um ano e meio de reclusão (Almanaque Abril, 1995:103).

Desse modo, podemos verificar mais uma vez, como o funcionamento da língua como *ordem significante* se apóia e se relaciona com

o interdiscurso. Pois, o sujeito ao enunciar (16), isto é: “O que acontece com essa REDE que só consegue capturar PEIXES PEQUENOS enquanto os MAIORES escapam?”, coloca dentro dos domínios de enunciação desse enunciado uma relação necessária com o interdiscurso, como espaço de memória no acontecimento. A construção metafórica, configuraria então um lugar de constituição da subjetividade.

Portanto, neste caso, a coincidência ou o ajuste de imagens se estabeleceria na medida em que o efeito literal faz referência ao quadro histórico que reconstruímos anteriormente, isto é, ao Supremo Tribunal de Justiça corresponderia o efeito de REDE, enquanto que os PEIXES MAIORES remeteriam à Collor e à P. C. Farias (absolvido em determinadas instâncias), enquanto que aos PEIXES MENORES corresponde a referência feita aos assessores subordinados à Collor e P. C. Farias.

• Compreender o processo de construção do sentido metafórico da forma que estamos propondo nesse trabalho seria um caminho possível... Uma possibilidade de leitura que marca uma forma de olhar para as relações de sentido constitutivas do processo metafórico. Importa ainda registrar aqui as direções que cada um dos recortes de imagens nos indicou, de acordo com o movimento dos sentidos metafóricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início do presente trabalho, quando nos empenhávamos em resgatar e reconstituir parte do percurso teórico dos estudos sobre a metáfora, tínhamos como preocupação fundamental encontrar um caminho em que esta fosse concebida não apenas como categoria de desvio e, portanto, como um conceito que corresponde à definição clássica de “figura”. Nosso propósito era ver e conceber a metáfora não mais como um sentido desviado, mas como um processo de construção de sentido em suas relações com as questões de discursividade e enunciação. E ainda, dentro desse processo, considerar a manifestação ou emergência de uma subjetividade enunciativa através das marcas de heterogeneidade.

Tratamos de resgatar essa subjetividade dentro das posições teóricas discutidas sobre esse processo, a partir do que chamamos de “bastidores da metáfora”, isto é, pelo que podemos verificar desde Aristóteles até as teorias mais recentes, existe uma subjetividade subjacente ao processo de “criação” ou produção da metáfora.

Pontuamos, entre os autores discutidos, a importância dos trabalhos de Max Black (1966) e Lakoff e Johnson (1980), no que diz respeito

às formas que a metáfora assume com relação a essa subjetividade, embora, como pudemos verificar, o sujeito era visto como um sujeito intencional.

Assim, concluímos que para o primeiro autor é necessário saber quem usa a expressão metafórica, em que ocasiões, com que intenção, “nas circunstâncias concretas em que emite uma metáfora”; e para os dois últimos autores, a metáfora é vista como parte da experiência cotidiana do uso da língua que estrutura o pensamento e a ação humana. Em nossa discussão, observamos que o sujeito não é um dado *a priori*, mas é constituído no discurso em suas relações com a exterioridade.

Buscamos fazer uma reflexão sobre o “sentido literal”, aquele que classicamente surge como a outra face da metáfora, isto é, como o suporte do surgimento do sentido metafórico.

Em nossa compreensão, o sentido literal precisa ser pensado como efeito de sentido dentro de um quadro de compreensão da metáfora enquanto processo de construção de sentido.

Dessa forma, para pensar o “sentido literal” como um “efeito literal” constitutivo da produção de sentidos em uma determinada formação discursiva, precisamos considerar a enunciação. Pois, como pudemos perceber através das análises, a partir do jogo de posições que ocupavam os

sujeitos-leitores no quadro do acontecimento enunciativo de seu discurso, a noção de efeito de sentido pôde ser melhor compreendida, uma vez que resulta do próprio movimento de apreensão do sujeito situado em lugares.

Por tudo isso, podemos dizer que o movimento que realizamos não tinha e nem tem como objetivo esgotar os limites das metáfora, ao contrário, nosso propósito era colocar uma possibilidade de compreensão de processo metafórico, uma leitura possível.

SUMMARY

The objective of this study is to present a reflection about the metaphor as a process of sense construction transferring its definition from the limits of the relationships that occur in the inner sentence by understanding the metaphor from a perspective that takes into account the relationship among metaphor, discourse and enunciation.

A metaphorical sense reflection will be carried out in three specific moments in this study. In chapter I an incursion through classical rhetoric and more recent theories will be made aiming at verifying how metaphor definition is understood in these theories.

In chapter II a discussion about some meaning relationships will be presented in order to displace the way the metaphor is normally conceived, that is, a way of discussing the metaphorical phenomenon in a discursive and enunciative view will be proposed,

Finally in chapter III an analysis will be made, reflecting about the metaphor condition as a process of sense construction.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

ARISTÓTELES - **Arte poética e arte retórica**. São Paulo: Difusão Européia do livro. 1964. (pp. 189-203; 304-307).

AUTHIER-REVUZ, J. - "Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours". In **DRLAV-Revue de linguistique**, n. 26. Paris: 1982. (pp.91-151).

AUTHIER-REVUZ, J. - "Heterogeneidade(s) enunciativa(s) IN ORLANDI, E.P. e GERALDI, J.W. - **Cadernos de Estudos lingüísticos**, n.19. Campinas. UNICAMP. 1990. (pp. 25-420).

• BAKHTIN, (Voloshinov-1929). - **Marxismo e filosofia da linguagem**. (Trad. de M. Lahud e Y.F. Vieira). São Paulo: Hucitec. 1979.

BENVENISTE, E. - **Problemas de lingüística geral**. Campinas: Pontes. 1988.

BLACK, M. - **Modelos y metáforas**. Madrid: Editorial Tecnos. 1966.

DUBOIS, J. et alii. - **Retórica geral**. São Paulo: Cultrix. 1974.

DUCROT, O. - **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes. 1987.

FREGE, G. - "Sobre sentido y referencia". IN SIMPSON, T.M. (org.) **Semántica filosófica, problemas y discusiones**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores. 1973. 476 páginas.

GADET, F. & HAK, T. (orgs.) - **Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da UNICAMP. 1990.

GUIMARÃES, E. - "Sobre alguns caminhos da pragmática". IN **Série Estudos**. Vol.9. Uberaba: 1983.

GUIMARÃES, E. (org.) et alii - **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes. 1989. (art. GUILHAMOU, J. e MALDIDIER, D. "Da enunciação ao acontecimento discursivo em análise do discurso", pp. 61 a 70; GUIMARÃES, E. "Enunciação e história", pp. 71 a 79.)

GUIMARÃES, E. - **Os limites do sentido: Um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. Campinas: Pontes. 1995.

GUIMARÃES, E. - "Independência e morte". IN ORLANDI, E.P. (1992).

LAKOFF, G. & JOHNSON, M. - **Metaphors we live by**. Chicago: The University of Chicago Press. 1980.

LAUSBERG, H. - **Manual de retórica literária**. Madrid: Gredos. 1967.

LE GUERN, M. - **Semantique de la métaphore et de la metonymie**. Paris: Larousse. 1973.

MAINGUENEAU, D. - **Semantique de la polemique**. Lausanne. Suisse: Editions L' Age d' Homme. 1983.

MAINGUENEAU, D. - **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas. Pontes: Editora da UNICAMP. 1989.

OLIVEIRA, R.P. - **As faces do rosto**. Campinas: UNICAMP. 1991 (Tese de mestrado).

• ORECCHIONE, C.K. - **La conotation**. Paris: Lyon. 1977.

ORLANDI, E.P. - **As formas do silêncio: No movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da UNICAMP. 1993. (2 ed.)

ORLANDI, E. P. - **O discurso fundador**. Campinas: Pontes. 1992.

ORLANDI, E. P. - **Dispositivos da interpretação**. Campinas, UNICAMP, 1995 (mimeo).

ORLANDI, E. P. - **Exterioridade e ideologia**. Campinas, UNICAMP, 1995 (mimeo).

PÊCHEUX, M. (1975) - **Semântica e discurso**. Campinas: Editora da UNICAMP. 1988.

POSSENTI, Sírío - "Perguntas em torno de quatro temas" IN **Cadernos de Estudos Lingüísticos**. Campinas: UNICAMP. 1990.

RICOEUR, Paul - **A metáfora viva**. Porto: Rés-Editora. 1983.

RUSSELL, B.- "Sobre el denotar" IN SIMPSON, T.M. (org.) - **Semántica filosófica, problemas y discusiones**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores. 1973. 476 páginas.

STRAWSON, P. - "Sobre el referir". IN SIMPSON, T.M. (org.) - **Semántica Filosófica: problemas y discusiones**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores. 1973. 476 páginas.

TRONCA, Italo A. (org.) - **Foucault vivo**. Pontes: Campinas. 1987. (art. ORLANDI, E.P. "Ilusões na (da) linguagem", pp. 53-65)